



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

SUMÁRIO

Membros da Comissão.....	3
Presidência.....	3
Titulares.....	4
Suplentes.....	5
Apresentação.....	6
Eventos.....	8
Reunião de Audiência Pública.....	8
Seminários.....	64
Mesa Redonda.....	73
Outros Eventos.....	77
Projetos Apreciados em 2014.....	78
Projetos Aprovados.....	78
Projetos Rejeitados.....	88
Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	96
Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.....	97
Publicações e Imprensa.....	99
CDEIC em números.....	104
Quadro Técnico da Comissão.....	107
Contatos.....	107

**MEMBROS DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – CDEIC**

**PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INDÚSTRIA
E COMÉRCIO - 54ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

PRESIDENTE



**AUGUSTO COUTINHO
(SD-PE)**

**1º VICE-
PRESIDENTE**



**AUREO
(SD-RJ)**

**2º VICE-
PRESIDENTE**



**SEBASTIÃO BALA ROCHA
(SD-AP)**

TITULARES



ANTONIO BALHMANN
(PROS-CE)



AUGUSTO COUTINHO
(SD-PE)



AUREO
(SD-RJ)



DEVANIR RIBEIRO
(PT-SP)



EDSON PIMENTA
(PSD-BA)



JÂNIO NATAL
(PRP-BA)



JOÃO MAIA
(PR-RN)



LUIS TIBÉ
(PTdoB-MG)



MENDONÇA FILHO
(DEM-PE)



MIGUEL CORRÊA
(PT-MG)



REBECCA GARCIA
(PP-AM)



RENAN FILHO
(PMDB-AL)



RENATO MOLLING
(PP-RS)



RONALDO ZULKE
(PT-RS)



SEBASTIÃO BALA ROCHA
(SD-AP)



WALTER TOSTA
(PSD-MG)

SUPLENTES



AFONSO FLORENCE
(PT-BA)



ÂNGELO AGNOLIN
(PDT-TO)



CARLOS BRANDÃO
(PSDB-MA)



DAVI ALVES SILVA JÚNIOR
(PR-MA)



DIMAS FABIANO
(PP-MG)



FERNANDO TORRES
(PSD-BA)



GUILHERME CAMPOS
(PSD-SP)



HENRIQUE OLIVEIRA
(SD-AM)



JORGE BOEIRA
(PP-SC)



LAERCIO OLIVEIRA
(SD-SE)



MANDETTA
(DEM-MS)



MARCO TEBALDI
(PSDB-SC)



MÁRIO FEITOZA
(PMDB-CE)



OSMAR TERRA
(PMDB-RS)



OTAVIO LEITE
(PSDB-RJ)



PEDRO EUGÊNIO
(PT-PE)



SIMPLÍCIO ARAÚJO
(SD-MA)

APRESENTAÇÃO

No ano de 2014, a economia brasileira passou por um período de grandes desafios. Apesar da reduzida taxa de desemprego registrada no país, o período ficou marcado por um crescimento do produto próximo de zero, redução da atividade industrial e aceleração da inflação, que indicaram o esgotamento do modelo de crescimento baseado na expansão do crédito e do consumo e apontaram para a necessidade de mudanças na estratégia da atual política econômica. Neste contexto, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio promoveu importantes debates no intuito de encontrar soluções para os entraves ao crescimento econômico do Brasil e recolocar o país na trajetória de desenvolvimento de sua economia.

Neste ano, a CDEIC, em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, realizou o seminário “Panorama da Economia Brasileira”, que abordou os problemas conjunturais da economia nacional e possíveis soluções, bem como as perspectivas para a economia brasileira para os próximos anos. Neste evento, se fizeram presentes o ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, além de economistas formuladores da política econômica que representaram os três principais grupos políticos em disputa nas eleições presidenciais de 2014. Além deste seminário, a Comissão também foi palco de debates de temas relevantes para a economia nacional, como a busca de soluções para a melhoria para o sistema logístico brasileiro, o problema de fornecimento de água no estado de São Paulo e as alterações sugeridas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

No total, a Comissão realizou 26 eventos, sendo vinte audiências públicas, três seminários, duas mesas redondas e um evento de lançamento de publicação, sempre com seus trabalhos abertos ao público, demonstrando mais uma vez o compromisso deste colegiado com a transparência e com a participação popular.

Em relação à produção legislativa, foram apreciados, no ano de 2014, três Projetos de Decreto Legislativo, 82 Projetos de Lei e nove Projetos de Lei Complementar.

Dentre os projetos aprovados, dois deles se afiguram como importantes estímulos ao setor de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), responsável por mais da metade dos empregos com carteira assinada do Brasil. O primeiro é o Projeto de Lei Complementar nº 368/13, que autoriza as MPEs a recorrerem ao mercado de capitais para captarem recursos financeiros para desenvolvimento e expansão das atividades, incentivando assim o desenvolvimento deste segmento da economia.

Já o segundo, trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 113/11, que isenta de tributos federais, nos quatro primeiros anos de atividade, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte incluídas no Simples Nacional. A ideia da proposta é dar a essas empresas um fôlego inicial quando ainda não conquistaram clientes e não se consolidaram no mercado, aumentando desta forma o nível de sucesso de novas empresas deste setor.

Merece destaque também a aprovação do Projeto de Lei nº 1232/11, que estabelece normas para regular as vendas coletivas pela internet e critérios de funcionamento para as empresas que promovem esse tipo de comércio. A proposição confere maior segurança aos consumidores que usam desta modalidade de consumo, que vem crescendo substancialmente ao longo dos últimos anos no mercado brasileiro.

Nesse sentido, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio cumpriu com seu papel perante a sociedade brasileira, sempre no intuito de viabilizar um ambiente econômico mais propenso ao crescimento da economia e ao desenvolvimento social do país.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Augusto Coutinho', with a large, stylized initial 'A'.

Deputado **Augusto Coutinho** – Presidente.

EVENTOS

Reuniões de Audiência Pública (20):

Audiência Pública realizada em 19/03/2014 – em conjunto com as Comissões de Minas e Energia, e Fiscalização Financeira e Controle.

Destinada a debater a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do País.

Requerimentos nºs 299/2014 (CME) de autoria dos Deputados Davi Alcolumbre e Geraldo Thadeu; 142/2014 (CDEIC) de autoria dos Deputados Mendonça Filho e Mandetta; 145/2014 (CDEIC) de autoria do Deputado Mandetta; e 582/2014 (CFFC) de autoria do Deputado Mendonça Filho.

Participante:

- Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Foto: Lucio Bernardo Junior/Banco de Imagens/Câmara dos Deputados



O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, na audiência pública, ladeado pelos presidentes de comissão, deputados Geraldo Thadeu e Augusto Coutinho

Resumo:

Governo admite crise elétrica caso a seca piore

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Marcio Zimmermann, admitiu, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que o Governo monitora o sistema elétrico no país com “sinal amarelo” desde o início do ano, em razão da grave falta de chuvas no período. Mas afirmou que o ministério tem avaliado de forma permanente o equilíbrio estrutural do sistema. O secretário executivo destacou a nota técnica emitida pelo ministério, em 12 de março, que aponta para um sistema “equilibrado” mesmo com a previsão de pouca chuva nos próximos meses. Para Zimmermann, o sistema elétrico só será afetado caso aconteça seca pior do que a que aconteceu no início do ano.

As chuvas do mês de março nas regiões Sul e Sudeste, no entanto, ampliaram os reservatórios dessas regiões, afirmou o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia.

Zimmermann destacou que o modelo elétrico brasileiro prevê que na crise do sistema hídrico, o país amplia a produção de energia térmica.

O custo dessa energia elétrica gerada vai ser paga pelo consumidor em sua conta de luz a partir do próximo ano. O pagamento foi postergado porque o Governo antecipou o pagamento aos distribuidores de energia. Agora o Governo espera receber esse valor dos consumidores em até cinco anos.

Mas a conta de luz terá um redutor, garantiu Zimmermann. É que em 2015, vence uma primeira licitação de usina elétrica de 5 mil megawatts de potência instalada, que deverá ser relicitada de forma a baratear o valor da tarifa de energia paga pelo consumidor.

O deputado Mandetta (DEM/MS), que requereu a audiência pela CDEIC, questionou o que chamou de “subsídio” e a “ausência de franqueza” com o consumidor, pois terá que pagar a conta em ano não eleitoral. O parlamentar também perguntou se a licitação de usinas não poderia ser visto pelo empresariado como quebra de regras. Zimmermann disse que se tratou apenas de uma antecipação e não de um “subsídio”. Para ele, não vai haver explosão tarifária. Quanto à quebra de regras e desconfiança do empresariado, o secretário executivo afirmou que a volta das usinas ao poder da União é prevista em lei.

A audiência pública foi realizada em conjunto pelas comissões de Minas e Energia, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle.

Audiência Pública realizada em 19/03/2014 – em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Destinada a debater a importância e os impactos sociais, econômicos e ambientais do modelo da zona franca de Manaus, matéria objeto da PEC 506/2010.

Requerimentos nº 143/2014 (CDEIC) e 308/2014 (CMADS) de autoria dos deputados Rebecca Garcia e Henrique Oliveira.

Participantes:

- Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas;
- Thomaz Afonso Queiróz Nogueira, Superintendente da Zona Franca de Manaus - Suframa;
- Alexandre Almir Ferreira Rivas, Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM;
- Nelson Azevedo dos Santos, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM;
- Artur Neto, Prefeito de Manaus/AM.

Resumo:

Governador do Amazonas anuncia apoio de líderes para que PEC da Zona Franca seja votada

O governador do Amazonas, Omar Aziz, que participou de audiência pública na Câmara anunciou ter obtido, no dia anterior, apoio do colégio de líderes da Casa para que seja votada em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição que prorroga benefícios fiscais para a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos.



Deputado Augusto Coutinho recebeu em audiência pública o governador do Amazonas, Omar Aziz, e o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio

Na audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a importância e os impactos sociais, econômicos e ambientais do modelo adotado pelo país para incentivar a consolidação da Zona Franca de Manaus, foram destaque os pronunciamentos do governador do Estado, Omar Aziz, e do prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto. Eles destacaram não apenas o trabalho de convencimento realizado junto a parlamentares e ministros de governo para colocar em votação a PEC (506-B/2010) que prorroga o modelo de incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus, como também o impacto negativo sobre a região caso o modelo fosse abolido.

A Zona Franca de Manaus é um modelo de desenvolvimento criado em 1967 pelo governo federal para dar impulso econômico à região amazônica. Tem 47 anos de existência e é uma zona franca da cidade, um polo industrial, que gera emprego e renda, abrigando cerca de 600 indústrias, como as do setor de informática e motocicletas. De acordo com o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, a produção da Zona Franca representa 81% da atividade econômica do Estado, empregando 120 mil trabalhadores diretos.

As indústrias que ali se estabelecem recebem benefícios fiscais, como a isenção do imposto de importação e o de exportação, redução do ICMS, além de isenções de taxas municipais.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Amazonas, Nelson Santos, afirmou

que os críticos ao modelo desconhecem os benefícios criados para a economia da região. O empresário destacou: “De cada um real de renúncia fiscal do governo federal, são arrecadados 1,69 reais para a União”.

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, disse que é uma concessão que o país faz a uma região estratégica. "A não renovação dos benefícios é declarar a morte do Estado, e é dar à população razão para que destrua a floresta em busca de sustento."

O governador Omar Aziz advertiu os que criticam os subsídios destinados à Zona Franca. “Deveriam questionar os juros subsidiados destinados pelo BNDES em empréstimos a grandes empresas.”

O presidente da CDEIC, Augusto Coutinho, do Solidariedade de Pernambuco, defendeu tratamento fiscal diferenciado para estados menos ricos. “É preciso diminuir essas diferenças de desenvolvimento no país.”

Alexandre Rivas, professor da Universidade Federal do Amazonas, destacou estudo onde apresenta que o Polo Industrial de Manaus (PIM) influencia a população que vive naquela metrópole amazônica a desmatar menos a floresta.

O deputado Alfredo Syrkis (PSB/RJ), destacado ambientalista, defendeu a proposta de renovação dos benefícios fiscais à Zona Franca e ao setor de informática. De acordo com o parlamentar, esse foi o único projeto de incentivo fiscal do período da ditadura militar que não destruiu a floresta. Mas o deputado defendeu a adaptação do modelo ao presente. “Deveria ser feita diferenciação da utilidade de cada indústria no futuro. Me preocupa a indústria da motocicleta, com o aumento enorme da utilização do modelo de veículo no país e os acidentes de trânsito que têm provocado.”

Já o deputado Angelo Agnolin (PDT/TO), comparou os benefícios fiscais destinados às regiões Sul e Sudeste do país com os destinados à Zona Franca. Para ele, a renúncia fiscal do polo industrial amazônico promoveu maior contrapartida social e ambiental.

Audiência Pública realizada em 03/04/2014

Destinada a debater o problema do fornecimento de água nos municípios abastecidos pela bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em São Paulo.

Requerimento nº 147/14 de autoria do Deputado Guilherme Campos.

Participantes:

- Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA;
- Rui Brasil Assis, Assessor do Gabinete do Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo;
- Ricardo Gilherme Araújo, Analista de Gestão do Departamento de Planejamento Integrado da Metropolitana, representando a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp;
- Marcus Vinicius de Almeida Melo, Diretor-Geral de Serviço Municipal de Águas e Esgotos - SEMAE, representando a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo - Facesp;
- Arly de Lara Romêo, Diretor-Presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - Sanasa;
- Francisco Carlos Castro Lahóz, Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Consórcio PCJ;
- João Cabrera Filho, Assessor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo - FAESP-SENAR-AR/SP;
- Gabriel Ferrato dos Santos, Presidente do Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Comitês PCJ.

Resumo:

Especialistas: não há solução de curto prazo para abastecimento de água em SP

Especialistas constataram que não há solução de curto prazo para o risco de colapso no abastecimento de água em São Paulo. Autoridades públicas paulistas e do governo federal discutiram o problema da escassez de água no estado, em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.



Da esq. p/ direita: Gabriel Santos, Francisco Lahóz, Dep. Guilherme Campos, Arly de Lara Romeo, João Cabrera Filho

O intenso calor e a falta de chuvas no primeiro trimestre do ano provocaram queda inédita nos níveis dos reservatórios de água abastecidos pela bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em São Paulo.

O maior reservatório de água do estado, o Cantareira, abastece quase 9 milhões de pessoas na região metropolitana e nas regiões de Piracicaba e Campinas e pode entrar em colapso já no mês de julho, segundo relatório do Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão (Gtag), criado para acompanhar a crise.

Na série histórica da pior seca de São Paulo, no início dos anos 50 (1952/53), a vazão registrada foi 26,53 metros cúbicos por segundo. De outubro a março a vazão registrada era de 16,4 metros cúbicos por segundo.

Se houver o colapso, haverá necessidade de usar o chamado "volume morto" de água, que necessita de bombeamento para ser captado. O Gtag liberou o aumento da vazão no sistema Cantareira, e hoje alcança pouco menos do que 25 mil litros de água por segundo.

Rio Paraíba do Sul

Segundo o coordenador do programa Mananciais da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), Ricardo Guilherme Araújo, a solução emergencial é a captação de parte das vazões do Rio Paraíba do Sul para São Paulo para a recuperação dos níveis

normais das represas que formam o sistema Cantareira. A bacia do Rio Paraíba do Sul, no entanto, é a principal fonte de captação de água para a região metropolitana do Rio de Janeiro e de algumas cidades paulistas da região. "É preciso um acerto político firmado em bases técnicas. Nós acreditamos que, sob o ponto de vista técnico, essa solução é plenamente justificada e não prejudica ninguém".

A ideia é fazer uma interligação no reservatório do Jaguari, afluente do Paraíba do Sul, para Atibainha, que faz parte do sistema Cantareira. Isso daria uma segurança maior. O assessor da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, Rui Brasil Assis, garantiu que ninguém vai ser prejudicado. "Essa é uma questão muito polêmica, mas temos convicção que não prejudica nem o Vale Paulista nem o estado do Rio porque todas as vazões normatizadas pela ANA deverão ser observadas."

O diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, afirmou que em uma situação de crise devem ser consideradas todas as alternativas que ofereçam segurança à população. Mas assinalou que o assunto precisa ser negociado à luz dos diversos interesses e impactos que podem causar.

Guillo apontou a necessidade de reformar a Constituição no trecho que trata da dominialidade das águas. O texto estabelece trechos de rio com propriedade federal e estadual, o que dificulta a solução de forma integrada dos problemas de recursos hídricos, como o caso atual. "Quem consegue entender. Se pegar o Paraíba do Sul, é um rio federal, o afluente Jaguari é estadual. Fazer uma transposição do Jaguari, que é estadual, para um reservatório, que é federal, que dá origem a um rio estadual, pequenininho, que depois vai formar um rio estado-federal, que é o Atibaia, que depois vai formar um rio federal, que é o Piracicaba, que depois vai desaguar no rio Tietê, que é um rio estadual, que depois vai desaguar em um rio federal, que é o Paraná. Quem entende isso?"

Soluções emergenciais

Entre as soluções emergenciais já adotadas em São Paulo está a concessão de bônus aos consumidores que economizarem energia elétrica. Segundo dados da Secretaria de Recursos Hídricos do estado de São Paulo, a campanha fez com que 76% dos consumidores paulistas reduzissem o consumo.

Audiência Pública realizada em 15/04/2014

Destinada a debater a restrição à veiculação de propaganda de produtos infantis, matéria objeto do PL nº 702/2011.

Requerimento nº 161/2014 de iniciativa do Deputado Aureo.

Participantes:

- José Elaeres Marques Teixeira, Sub-Procurador Geral da Procuradoria Geral da República;
- Edney G. Narchi, Vice-Presidente Executivo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - CONAR;
- Rogério de Oliveira Silva, Conselheiro Vice-Presidente do Conselho Federal de Psicologia;
- Paulo Gomes de Oliveira Filho, Consultor Jurídico Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade - ABAP;
- Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes - ABA;
- Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT;
- Pedro Affonso D. Hartung, Advogado do Instituto ALANA;
- Maurício de Sousa, Presidente da Maurício de Sousa Produções.

Resumo:

Projeto de Lei que restringe a propaganda de produtos infantis divide opiniões

O Projeto de Lei nº 702/2011, do deputado Marcelo Matos (PDT-RJ), que propõe restrição à propaganda de produtos infantis nos canais de televisão aberta e por assinatura das 7h às 22h, dividiu opiniões em debate na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Foto: Lucio Bernardo Junior



Expositores da Audiência Pública

O advogado Pedro Affonso Hartung, do Instituto Alana, organização da sociedade civil em prol das crianças, saiu em defesa do PL por considerar que a matéria protege ainda mais as crianças no Brasil. "A criança até 12 anos não consegue responder em igualdade à pressão que a publicidade exerce sobre ela", afirmou na audiência pública. Ele lembrou que a Resolução 163 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), de 13 de março de 2014, considera abusiva toda publicidade direcionada às crianças.

O vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Rogério de Oliveira Silva, ressaltou que o evento era "um debate aberto pensando no futuro das crianças" e que a televisão era uma concessão pública em todos os lares. "A criança nem sempre foi tratada como deveria ser. Vem sendo tratada como indivíduo pequeno. Se olharmos apenas com um olhar de consumidor, vamos voltar à era medieval", afirmou o profissional. Rogério advertiu que vários estudos foram realizados e verificaram que as crianças não assimilavam bem os estímulos provocados pela propaganda, gerando "uma banalização da violência". O conselheiro criticou o fato de a criança ser colocada a serviço do consumismo.

O vice-presidente executivo do Conselho nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Edney Narchi, citou equívocos graves no Projeto de Lei nº 702/2011 e em

outros que tramitam no Congresso. Ele argumentou que tais matérias serão prejudiciais à TV brasileira e que a mão pesada do Estado é um erro grave contra a liberdade de expressão. Para Narchi, mesmo se houvesse uma proibição de propagandas para as crianças, elas continuariam recebendo mensagens comerciais e se relacionando com o mundo real através de outros meios de comunicação, a exemplo dos tablets, rádios e periódicos. "Estariam eles (público infantil) agredidos e esmagados pela publicidade? Claro que não. Propaganda comercial não é um problema na relação entre massas. Censura, nunca mais", disse, lembrando a existência de um código de regulamentação publicitária no país.

O subprocurador geral da República, José Elaeres Marques Teixeira, afirmou que o órgão tem atuado na questão e que qualquer tipo de publicidade tem enorme potencial abusivo porque as crianças não têm o poder de discernir o que é programa e o que é propaganda. "A maioria dos países trata isso com regulamentação, linha essa que deve ser seguida pelo Brasil", afirmou. O subprocurador fez uma observação após analisar os projetos que tramitam no Congresso. Segundo ele, nenhum define penalidades para quem cometeu abuso.

Pai dos famosos quadrinhos da Turma da Mônica, Maurício de Souza, presidente da Maurício de Sousa Produções, ficou emocionado durante o debate e chorou ao defender um clima de paz entre as duas partes na audiência pública. "Estamos juntos no mesmo objetivo. Todos falaram a mesma coisa: proteger as crianças e entender o que está acontecendo. A infância está encolhendo. A criança merece ser tratada como um filho da gente. Temos que estender uma toalha branca na mesa sem xingamentos, sem exasperação e passar pela união de esforços em prol das crianças".

Diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, fez uma das defesas mais contundentes do setor. "sem publicidade, não há programação aberta. Esse projeto em questão e outros em trâmite ignoram as crianças e as tratam como se elas não existissem. É melhor que as crianças recebam programação adulta o tempo todo?", questionou. Na mesma linha, o vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), Rafael Sampaio, disse que não existe "clamor" popular pela regulamentação da matéria e disse tratar-se de "versões" e não de "fatos".

Audiência Pública realizada em 16/04/2014 – em conjunto com as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Relações Exteriores.

Destinada a prestar esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira Petrobras.

Requerimentos nº 611/2014 (CFFC), dos Deps. Vanderlei Macris e Antonio Imbassahy; e 615/2014 (CFFC), do Dep. Mendonça Filho, subscritos pelos Deps. Fernando Francischini, Carlos Brandão e Stepan Necessian; Requerimento nº 415/2014 (CREDN), dos Deps. Emanuel Fernandes, Antonio Imbassahy, Duarte Nogueira e Antonio Carlos Mendes Thame; Requerimento nº 151/2014 (CDEIC), dos Deps. Mendonça Filho e Mandetta.

Participante:

- Nestor Cuñat Cerveró, Ex- Diretor da Área Internacional da Petrobras.

Foto: Milena Feitosa



Resumo:

Em sua explanação inicial, o Sr. Nestor Cerveró argumentou que a aquisição de 50% da refinaria de Pasadena, em 2006, foi fruto de uma decisão estratégica e conjunta de toda a diretoria da Petrobras, de investir no refino de petróleo pesado (Marlim) em território americano, em cujo mercado essa atividade estava extremamente valorizada. O

convidado apresentou números para demonstrar que o valor investido na refinaria pela empresa belga Astra Oil não se limitou ao 42 milhões de dólares iniciais da sua aquisição, chegando a cerca de 360 milhões, incluindo-se, entre outros, os valores gastos com compra de estoque e em investimentos necessários para que a refinaria voltasse a funcionar.

Cerveró esclareceu também que o valor de aproximadamente 1,2 bilhão pago pela Petrobras não se refere apenas à compra dos 100% da refinaria, mas engloba a aquisição da Pasadena Trading e dos estoques da refinaria, taxas e impostos, além de honorários advocatícios devido à disputa judicial que levou a estatal a adquirir a segunda metade da refinaria em 2008; e explicou que o projeto de investimento para dobrar a capacidade da refinaria de 100 mil para 200 mil barris de petróleo refinados por dia, motivo da divergência com a sócia belga, não foi completado, devido ao novo cenário nacional com a descoberta do pré-sal, que levou a Petrobras a dar novas prioridades aos investimentos, bem como à queda do preço do óleo refinado no mercado internacional.

Respondendo às indagações dos deputados, o ex-diretor afirmou não se sentir traído com sua exoneração da diretoria da Petrobras, considerando-a procedimento normal de substituição de titulares de cargos comissionados e desvinculando-a das consequências da negociação para a compra da refinaria de Pasadena. O convidado negou também que tivesse intenção de enganar a Presidenta da República ao omitir no seu resumo técnico apresentado ao Conselho Administrativo da estatal a existência das cláusulas *Marlim* e *Put Option* no contrato de compra da refinaria, alegando considerá-las irrelevantes para a tomada de decisão e esclarecendo que tais cláusulas constavam da documentação completa enviada à diretoria da Petrobras. Por fim, rebateu a afirmação de que o negócio teria sido “malfadado”, haja vista que a refinaria está em plena atividade, refinando cem mil barris de petróleo por dia, e que o projeto de investimentos que previa a duplicação dessa capacidade de produção não foi completado por decisão posterior da estatal.

Audiência Pública realizada em 24/04/2014

Destinada a debater a desindustrialização na Indústria Nacional de Vestuário.

Requerimento nº 157/14 de iniciativa Deputado Augusto Coutinho.

Participantes:

- Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor do Departamento de Indústrias Intensivas em Mão de Obra do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- João Nadir Pires, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e Vestuário de Parobé/RS, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI;
- Fernando Pimentel, Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT;
- Lucy Borges de Moura, Empresária do Segmento de Vestuário, representando a Associação Brasileira do Vestuário - ABRAVEST;
- Francisca Trajano dos Santos, Membro da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- José Ricardo Leite, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Londrina/PR, representando a Força Sindical;
- Carlos Augusto Dittrich, Secretário Executivo da União Geral dos Trabalhadores - UGT.

Resumo:

Comissão debate desafios na produção da indústria nacional de vestuário

Representantes do setor produtivo defenderam medidas para reduzir os custos tributários da produção, para que seja possível a concorrência com os produtos asiáticos. Trabalhadores cobram ações rápidas do governo para evitar a perda de postos de trabalho.



Indústria de vestuário foi discutida na Audiência

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) promoveu Audiência Pública que teve como tema a desindustrialização na indústria nacional de vestuário. A reunião, de iniciativa do Presidente da Comissão, Deputado Augusto Coutinho (SDD/PE), contou com a presença de representantes do governo e de associações representativas da indústria e dos trabalhadores do setor.

Redução tributária é defendida

O Diretor Superintendente da Associação Brasileira de Indústria Têxtil (ABIT), Fernando Pimentel, ressaltou a importância da indústria de vestuário para o produto e renda nacionais, indicando que o Brasil ocupa a 4ª posição mundial na produção de vestuário, ficando apenas um posto atrás na produção mundial de têxteis, além de gerar mais de 1,6 milhão de empregos diretos. Apesar de seu tamanho, segundo Pimentel, o setor vem sofrendo crescente perda de mercado para os produtos importados, sobretudo os produzidos pelos mercados asiáticos, como China, Bangladesh e Índia. A alternativa apontada pela ABIT, objetivando a retomada de competitividade da produção brasileira seria, a adoção de um regime tributário diferenciado, denominado Regime Tributário Competitivo para a Confecção (RTCC), que reduziria a carga tributária sobre a Receita Bruta dos atuais 17% para 5%. O objetivo de tal medida seria o alinhamento do porte das empresas de confecção ao das de varejo, já que aquelas encontram resistência para aumentar seu porte, devido ao seu regime tributário atual – o Simples Nacional. O resultado de tal política seria um aumento substancial no produto e no emprego do setor no horizonte de 10 anos, com ganhos acima de 100% em ambos os indicadores, além de uma equalização das receitas tributárias no mesmo período.

Trabalhadores cobram melhores condições e redução da informalidade

Representando a Força Sindical, José Ricardo Leite, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, frisou a importância do setor têxtil e de confecção para o emprego no país, destacando que o setor é o de maior potencial de geração de postos de trabalho em comparação com os demais setores da Indústria de Transformação – cada 10 milhões a mais no faturamento das empresas resultaria na contratação de 1.382 novos trabalhadores para o setor, a frente dos setores automobilístico, de transporte e de celulose e papel. José Ricardo ainda apontou para a atual situação do setor, que gera 8 milhões de empregos, entre diretos e indiretos. Como desafios enfrentados pelo setor, Leite listou o baixo salário nas regiões metropolitanas e a existência de trabalhadores sem carteira assinada (28% do total empregado no ano de 2011). Além disso, defendeu o aumento de tarifas de importação de produtos têxteis e de confecção para que o setor nacional proteja seu emprego e desenvolva sua plena capacidade, tornando-se apto a concorrer com os produtos importados. Por fim, José Ricardo ressaltou a necessidade de se acabar com as divergências salariais em decorrência de gênero e raça. Participaram também da Audiência representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação Brasileira do Vestuário (ABRAVEST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Audiência Pública realizada em 14/05/2014

Destinada a prestar esclarecimentos a respeito de ingerência governamental na Eletrobrás.

Requerimento nº 170/14 de iniciativa do Dep. Mendonça Filho.

Participante:

- José da Costa Carvalho Neto, Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras.

Resumo:

Eletrobras defende futura economia após demissões e nega esvaziamento

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, deputado Augusto Coutinho (SD-PE), questionou os benefícios reais do programa de demissão voluntária promovido pela Eletrobras no ano passado. “O que a gente ouve nos estados são críticas. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), por exemplo, está extremamente esvaziada”, relatou.

Zeca Ribeiro/ Câmara dos Deputados



Presidente da Eletrobras

Em resposta, o presidente das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), José da Costa Carvalho Neto, negou que haja esvaziamento da Chesf. Ele explicou também que o plano de desligamento buscava uma melhoria da produtividade e uma redução nos custos e visava aos funcionários que já estavam em condições de se aposentar. “Esperamos chegar a cinco mil quadros”, acrescentou.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) elogiou as explicações dadas pela Eletrobras. “Os equívocos do setor elétrico foram cometidos pelos governos paulista e mineiro e não pelo federal”, disse. Dado refutado pelo deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que quis saber sobre os investimentos que estão sendo feitos para mitigar a grave estiagem que ameaça desabastecer a região metropolitana de São Paulo.

Carvalho Neto respondeu que, em 81 anos acompanhados, este está em os três piores já vistos, mas a racionalização do serviço permite que o País enfrente a situação. “Em 2001 sobrava água no Sul e faltava no Nordeste. Agora isso não ocorre mais.” O presidente da Eletrobras negou ainda que seja necessária uma campanha de racionamento de energia.

Audiência Pública realizada em 20/05/2014 – em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Destinada a debater a fusão entre as maiores empresas do ramo de bebidas do País.

Requerimento nº 154/14 (CDEIC) de iniciativa do deputado Sebastião Bala Rocha e 54/14 (CDHM) de iniciativa dos Deputados Domingos Dutra e Érika Kokay.

Participantes:

- Irina Karla Bacci, Chefe de Departamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Victor Rufino, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;
- Renato M. Artero, representando a Associação dos Distribuidores e ex-Distribuidores dos Produtos Ambev do Estado de São Paulo e Região Sudeste - ADISC/SP;
- Valdemir De Oliviera Machado Filho, Presidente da Federação Nacional das Empresas Vinculadas aos Fabricantes de Cerveja, Refrigerante e Água Mineral - Fenadibe;
- Maristela Basso, Advogada da Federação Nacional das Empresas Vinculadas aos Fabricantes de Cerveja, Refrigerante e Água Mineral - Fenadibe;

Resumo:

Deputados querem investigação da Ambev por prejuízos a distribuidoras

Em audiência na Câmara, ex-distribuidores dizem que, após fusão de cervejarias que criou a empresa, acordos de indenização foram rompidos e levaram 95% das distribuidoras a fechar as portas.



Sebastião Bala Rocha: Congresso tem que pressionar para que a Ambev respeite acordos.

Parlamentares de cinco comissões permanentes da Câmara dos Deputados vão solicitar à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que investiguem as relações entre a Ambev e seus ex-distribuidores e tomem providências para corrigir o que consideraram graves violações de direitos.

Em audiência pública nesta terça-feira (20) das comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Direitos Humanos e Minorias, os ex-distribuidores denunciaram que, após a fusão das cervejarias Brahma, Antarctica e Skol, a Ambev passou a concentrar vendas nas grandes distribuidoras, impôs regras e rompeu acordos que levaram 95% delas a fechar suas portas, acabando com cerca de 60 mil empregos.

A empresa chegou a assinar um acordo de indenização com os empresários, mas não chegou a cumpri-lo com a grande maioria. Para alguns, a Ambev pagou uma parcela ínfima do que ela mesma havia proposto. Há quase dez anos, os empresários brigam na Justiça e até apelaram à Corte Interamericana de Direitos Humanos para fazer valer seus direitos econômicos, hoje reconhecidos como parte dos direitos humanos.

Em meio a muita emoção, com histórias de dificuldades econômicas, pessoais e familiares, o representante da Associação dos Distribuidores e ex-Distribuidores dos Produtos Ambev do Estado de São Paulo e Região Sudeste, Renato Artero, contou sua própria história. "No caso da minha distribuidora, eu deveria receber R\$ 25 milhões à época. Mas recebi apenas R\$ 1 milhão e 800 mil de valor de ativo, e com isso tive que pagar as indenizações trabalhistas, e ainda fiquei devendo imposto. Hoje estou negativado porque a minha empresa deve imposto. Taí a quebra dos direitos humanos. Eu hoje não consigo sequer abrir uma conta em banco", afirmou.

O deputado Sebastião Bala Rocha (SD-AP) afirmou que o Congresso tem de pressionar para que a Ambev respeite o que ela mesma propôs. "Nós somos testemunhas da injustiça grave que a Ambev perpetrou contra os distribuidores, e por isso queremos que seja reparada, que o instrumento de transação seja cumprido em todas as suas cláusulas, ou mesmo um novo acordo seja construído", ressaltou.

Cade

Os distribuidores cobraram do Cade que atue para pressionar pelo cumprimento do acordo. De acordo com as advogadas das entidades, a garantia dos direitos dos distribuidores é, necessariamente, uma cláusula social que deveria condicionar a permissão para a fusão.

De acordo com a deputada Erika Kokay (PT-DF), é absolutamente necessário garantir o direito das pessoas de manterem a si e às suas famílias, e isso não foi realizado. "Nós não podemos ter uma fusão autorizada pelo Estado que pisoteia as pessoas e pisoteia a perspectiva e o direito das pessoas", reclamou.

O procurador-chefe da Procuradoria do Cade, Victor Rufino, afirmou que, se provocado, o conselho vai analisar a situação, mas que o órgão só pode atuar nos limites do direito de concorrência.

"Se a relação da Ambev com seus distribuidores tiver algum impacto ao ambiente concorrencial, o Cade tem a capacidade de interferir nela. Esse é o limite da atuação do Cade. Quando da autorização da fusão, no ano 2000, havia uma cláusula que dizia que a Ambev tinha que compartilhar a rede de distribuição dela com o comprador da marca Bavária. Essa condição foi cumprida", afirmou.

A ação dos distribuidores contra a Ambev acaba de voltar para o primeiro grau. Durante nove anos, a Justiça Federal discutiu se o Cade era parte dos réus ou não. Ficou decidido que não faz parte e a ação recomeçou no primeiro grau na Justiça Estadual de São Paulo.

Audiência Pública realizada em 22/05/2014

Destinada a discutir alterações submetidas à apreciação pela Proposta de Lei Complementar nº 366, de 2013, e apensos, no tocante ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, à Lei de Improbidade Administrativa e sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios.

Requerimento nº 148/2014 de iniciativa dos Deputados Guilherme Campos e Mandetta.

Participantes:

- Luciano Garcia Miguel, Diretor da Consultoria Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;
- Marcos de Barros Cruz, Representante da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF;
- Manoel Antonio dos Santos, Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES;
- Edison João Costa, Presidente da Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País - ANEPS.

Resumo:

Incidência do ISS no setor de informática gera dúvidas em debate na Câmara

Cobrança do Imposto sobre Serviços, em vez do ICMS, em casos como desenvolvimento de softwares e publicação de áudios e vídeos na internet ainda não tem consenso; Congresso analisa projeto sobre o tema.



Relator da proposta, Guilherme Campos ressalta que o principal objetivo é impedir guerra fiscal.

Estados e municípios iniciaram a discussão na Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 366/13, que muda regras e amplia a lista de serviços tributáveis pelo Imposto sobre Serviços (ISS), pago aos municípios. Cobrar ISS, na maioria das vezes, significa não cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), devido aos estados.

O relator da proposta na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, deputado Guilherme Campos (PSD-SP), explicou que o principal ponto da proposta, já aprovada pelo Senado, é impedir a guerra fiscal entre cidades e estados.

O texto considera ato de improbidade administrativa as autoridades que concederem benefícios com renúncia do ISS abaixo da alíquota mínima de 2%. Mas, ao mesmo tempo, inclui 17 categorias na lista de serviços da lei do ISS, que não é exclusiva, mas explicita que tipo de serviço deve ser taxado sem dúvida.

A audiência desta quinta foi focada nas mudanças quanto ao setor de softwares e informática. Pelo projeto, passam a ser considerados serviços tributados pelo ISS a hospedagem de arquivos e a disponibilização de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto em páginas eletrônicas.

Para o diretor da Consultoria Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Luciano Garcia Miguel, não há dúvidas quanto à incidência de ISS sobre hospedagem de dados, pois não há comunicação, e, pela lei, são tributados pelo ICMS os serviços de comunicação. A preocupação é que a nova lei não gere dúvidas, como quando há publicação de áudios e vídeos em canais da internet, o que poderia ser considerado um serviço de comunicação.

Softwares

Também foi discutido o caso dos softwares, que são um serviço quando desenvolvidos para uma pessoa, sob encomenda, mas há decisão da Justiça de que são mercadorias quando vendidos em prateleira. “Além disso, praticamente todo produto hoje tem software embarcado, então como tributar um carro ou uma geladeira que tem software?”, questionou.

Para o subsecretário da Receita municipal de São Paulo, Alberto Macedo, a intenção da lei é atualizar os serviços com as novas práticas e novas tecnologias. O serviço de elaboração de software, segundo ele, precisa ser explicitado em muitas transações. “Não se trata de novos serviços, nem de mudança, o que essa lei quer é só explicitar”, disse.

Guilherme Campos anunciou que setores que pagam o ISS devem ser ouvidos em seguida. “Queremos ouvir as demandas dos setores, para saber se ainda há algo que possa ser mudado, mas sempre do ponto de vista do contribuinte, que é quem paga o imposto, não importa quem cobre”, disse o relator da proposta.

Audiência Pública realizada em 05/08/2014

Destinada a discutir alterações submetidas à apreciação pela Proposta de Lei Complementar nº 366, de 2013, e apensos, no tocante ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; à Lei de Improbidade Administrativa e sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios.

Requerimento nº 190/14 de iniciativa do Deputado Guilherme Campos.

Participantes:

- Levi Ceregato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica - ABIGRAF;
- Paulo Gomes de Oliveira Filho, Consultor Jurídico da Associação Brasileira das Produtoras de Fonogramas Publicitários - APROSOM;
- Sonia Regina Piassa, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais - APRO;
- Daisy Kosmalski, integrante do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Mídia Out Of Home - ABMOOH;
- Zabetta Macarini Carmignani Gorissen, Secretária Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados - GETAP;
- Maurício Cazati Jr., Coordenador Tributário da Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ.

Resumo:

Setor de audiovisual critica inclusão da produção de filmes entre serviços taxados pelo ISS

As associações da indústria gráfica e de mídia exterior, no entanto, defendem o projeto.



PLP 366/13 foi debatido em Audiência Pública da CDEIC

O setor de audiovisual brasileiro criticou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 366/13, do Senado, que inclui a atividade de produção de filmes e outras 16 novas categorias na lista de serviços taxados pelo Imposto sobre Serviços (ISS), cobrado pelos municípios.

A diretora-executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro - que inclui mais de 100 produtoras do Brasil), Sonia Regina Piassa, disse que a proposta vai gerar uma tributação em duplicidade para o setor. Segundo ela, o orçamento da produção de um filme é composto principalmente por serviços de terceiros (como de atores, diretores e maquiadores), já tributados pelo ISS. “Isso será um passo para a extinção do audiovisual brasileiro”, afirmou.

Conforme Sônia, as produtoras demandam mais incentivos para serem competitivas internacionalmente, e não mais impostos. A Apro pede que a tributação da produção de filmes recaia apenas sobre o valor agregado – ou seja, o lucro efetivo.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica, Levi Ceregato, no entanto, o projeto poderá colocar fim à bitributação do setor. Segundo ele, hoje a indústria gráfica muitas vezes é duplamente tributada, com o pagamento de ISS para os municípios e com o pagamento do ICMS nos casos em que atividade gráfica envolve a produção de bens que serão utilizados para posterior comercialização ou industrialização.

A representante da Associação Brasileira de Mídia Out Of Home (mídia exterior), Daisy Kosmalski, também apoiou a proposta, que inclui o serviço de mídia exterior entre aqueles passíveis de tributação pelo ISS. “Defendemos a aprovação da proposta se possível neste ano, para que a gente pague o ISS”, disse. A associação - que inclui os grupos Bandeirantes, Abril e Terra, por exemplo - reúne 20 empresas de divulgação da

publicidade fora dos meios de comunicação, como monitores em vários ambientes, outdoors e painéis eletrônicos.

Normas claras

O PLP 366/13 foi debatido na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, a pedido do relator da proposta, deputado Guilherme Campos (PSD-SP). Para ele, o projeto pode retirar da zona cinzenta alguns setores, definindo com clareza a quem eles devem tributos – se ao estado ou ao município. “As regras claras, com igualdade de procedimentos entre todos os municípios, podem ajudar a acabar com a guerra fiscal”, destacou.

O texto também pune como ato de improbidade administrativa a decisão de autoridades de municípios e do Distrito Federal de concederem benefícios com renúncia do ISS abaixo da alíquota mínima de 2%.

Regra de transição

O coordenador tributário da Indústria Brasileira de Árvores (que representa a indústria de celulose, papel, painéis de madeira e pisos laminados), Maurício Cazati, também defendeu a proposta, por unificar o ISS em todos os municípios. Porém, pediu que os benefícios já concedidos abaixo da alíquota mínima sejam mantidos. “Apenas os benefícios concedidos daqui pra frente respeitariam a alíquota mínima de 2%”, sugere.

A secretária-executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap), Zabetta Macarini, considera o prazo atribuído pela proposta para que os municípios revoguem os atuais incentivos muito pequeno. “O prazo, de apenas um ano, é muito exíguo para a readequação dos contratos já firmados”, avalia. O Getap, que reúne mais de 50 empresas de grande porte de mais de 30 setores da economia, defende que esse prazo seja de três a cinco anos.

Além disso, Zabetta disse que a proposta não impede que algumas prestadoras de serviço paguem ISS, enquanto as empresas tomadoras de serviço paguem ao mesmo tempo ICMS/IPI, onerando a indústria nacional. A sugestão da Getap é “exceção as operações destinadas a posterior industrialização ou comercialização do campo de incidência do ISS”.

Audiência pública realizada em 02/09/2014

Destinada a discutir e buscar alternativas para a melhoria do Sistema Logístico Brasileiro

Requerimento nº 191/14 de iniciativa dos Deputados Rebecca Garcia, João Maia e Guilherme Campos.

Participantes:

- Matheus Braga de Castro, Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- José Carlos de Sá Colares, Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado do Amazonas - CRA-AM, representando o Conselho Federal de Administração - CFA;
- Luiz Fernando Ferreira, Sócio-Diretor da Macrologística Ltda;
- Aimberê Freitas, Presidente do Instituto Aimberê Freitas;
- Antonio Jorge Cunha Campos, Professor Doutor em Logística da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Resumo:

Debatedores pedem investimento em logística para aumentar competitividade do País

Em audiência da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, foram apontados diversos gargalos de infraestrutura que prejudicam a economia brasileira.



No debate, foram defendidas a construção de ferrovias e rodovias e a integração dos modais de transportes.

Atraso em obras, grandes distâncias entre o centro produtivo brasileiro e a saída para exportação, altos preços de fretes, precárias condições de estradas, congestionamento do setor aeroviário, poucas opções de hidrovias e construções de ferrovias em ritmo lento são consequências diretas de baixo investimento em infraestrutura logística no País.

Esse quadro, apresentado pelos participantes da audiência pública que debateu o assunto na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, aumenta o chamado “custo Brasil”, que é o conjunto de dificuldades estruturais, econômicas e burocráticas que encarecem os investimentos e atrapalham a competitividade dos produtos brasileiros.

Para os debatedores, a solução para garantir maior competitividade ao País e uma melhor mobilidade de pessoas e produtos é o investimento em logística e na integração de todos os modais de transporte.

Integração

O professor da Universidade Federal da Amazonas (Ufam) Antônio Jorge Cunha Campos coordenou o Plano Brasil de Infraestrutura em Logística (PBlog) em parceria com o Conselho Federal de Administração (CFA) e afirmou na comissão que, em muitos casos, é mais barato levar para São Paulo, por exemplo, produtos da Ásia do que aqueles produzidos na Zona Franca de Manaus. “Uma política para construção de uma infraestrutura vai dar condições para explorar novos mercados de forma social e ambientalmente correta”, disse Campos.

O professor da Ufam explicou que a conclusão da BR-080, entre Manaus e Brasília, poderia integrar um dos maiores polos eletrônicos a todo o País, fazendo com que os produtos cheguem ao restante do Brasil com maior competitividade.

Segundo Aimberê Freitas, presidente do instituto que leva seu nome, o investimento na melhoria do sistema logístico deve priorizar a integração dos modais de transportes. Ele ressaltou que um dos projetos prioritários para conquistar mercados importantes como o caribenho e facilitar o acesso ao Oceânico Pacífico é a construção da ferrovia que ligaria Manaus a Georgetown (capital da Guiana). “Hoje, todo navio que vem do Pacífico passa pelo Amazonas e só chega a Manaus dez dias depois. Com a construção dessa ferrovia, o trajeto seria feito em apenas dois dias”, explicou Freitas.

Investimentos

Já o diretor da Macrologística Ltda., Luiz Fernando Ferreira, afirmou que, para superar os gargalos em infraestrutura, o Brasil precisaria de um investimento da ordem de R\$ 300 bilhões. “Se todos esses investimentos forem feitos, teríamos uma economia potencial de cerca de R\$ 22 bilhões, por ano, nos custos da cadeia produtiva”, disse Ferreira.

Para o analista de políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Matheus Braga, a Lei dos Portos (Lei 12.815/13) e a nova política de concessões de rodovias e ferrovias podem contribuir bastante para superar os gargalos da cadeia logística brasileira. Segundo ele, o novo marco regulatório dos portos permitiu que terminais privados operassem, mas, ainda assim, entre os maiores portos do mundo, o de Santos, por exemplo, ocupa apenas o 38º lugar. “Temos como ganhar mais espaço. Apesar do aumento do investimento no setor nos últimos anos, o Brasil precisaria de um investimento de 5% do PIB para a área de infraestrutura logística”, defendeu Braga.

Eleições

A deputada Rebecca Garcia (PP-AM), que solicitou a audiência pública, afirmou que, apesar da previsão de R\$ 133 bilhões em investimento na modernização do sistema de transporte no País, o setor ainda é carente de recursos.

Após a audiência, a comissão encaminhou a todos os presidentes o documento sobre a realidade do setor para que assumam compromisso de investir e melhorar o sistema logístico brasileiro.

Audiência Pública realizada em 02/09/2014

Destinada a discutir as alterações submetidas à apreciação pelo PLP 366/13 e apensos, no tocante ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; à Lei de Improbidade Administrativa e sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios.

Requerimento nº 190/14 de iniciativa do Deputado Guilherme Campos.

Participantes:

- Manoel Procópio Júnior, Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda;
- Maurício Acioli Toledo, Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, representando o Conselho Nacional de Política Fazendária;
- Wesley Rocha, da Área Técnica de Finanças da Confederação Nacional dos Municípios;
- Marcos Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da prefeitura de São Paulo, representando a Frente Nacional de Prefeitos;
- Guilherme Frederico de Moura Muller, Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais.

Resumo:

Confaz e frente de prefeitos divergem sobre projeto que altera regras do ISS

Conselho Nacional de Política Fazendária defendeu alterações no texto. Já a Frente Nacional de Prefeitos pediu a aprovação rápida, sem mudanças.



Proposta foi debatida em audiência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Entidades que representam os municípios brasileiros não chegaram a um acordo quanto ao texto do Projeto de Lei Complementar 366/13, do Senado Federal, que proíbe os municípios e o Distrito Federal de conceder benefícios com renúncia do Imposto sobre Serviços (ISS) abaixo da alíquota mínima de 2%, considerando essa conduta ato de improbidade administrativa.

O projeto, que também amplia a lista de serviços tributáveis pelo ISS, foi discutido durante audiência pública realizada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Os principais pontos debatidos foram a disputa fiscal entre estados e municípios; zona de incidência do ISS nos novos serviços de tecnologia e informática; e inclusão ou não de uma nova redação ao texto original.

Os participantes ampliaram a discussão após apresentação de relatório do representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e atual secretário da Fazenda do estado de Alagoas, Maurício Acioli Toledo.

Para ele, o projeto vai além de discutir a tributação. Acioli, que se posicionou contrário à aprovação da atual redação da proposta, disse que “são necessárias algumas alterações para que o texto do projeto diferencie, de forma clara, o que é produto e serviço”.

“Minha presença aqui é para dirimir dúvidas quanto à incidência do ICMS e ISS, evitando-se uma dupla tributação. Além do mais, é necessária uma discussão conceitual para que não haja dúvidas quanto à incidência do imposto devido”, declarou o secretário.

Zona cinzenta

O relator do projeto, deputado Guilherme Campos (PSD-SP), exemplificou diversos serviços que, atualmente, estão em uma “zona cinzenta” da incidência do ISS, como os serviços de computação em nuvem, armazenamento de dados e utilização de softwares. O parlamentar defendeu que o debate seja ampliado, principalmente, para que todos os setores envolvidos possam se manifestar.

“Minha intenção é de entregar o relatório da comissão no início de outubro. Para isso, precisamos de um consenso e um debate amplo com todos os envolvidos. Fiz questão de convidar representantes das três esferas de governo – União, estados e municípios – para que o texto fosse discutido e, até mesmo, ampliado”, disse o relator.

Guilherme Campos acredita que o projeto possa ser aprovado de forma célere na Casa, defendendo a aprovação do texto como está. Mas, desde que seja possível “cessar os principais pontos de sobreamentos sobre a incidência do ISS, sobretudo, tratando-se de novos serviços surgidos nos últimos anos”.

Aprovação rápida

O secretário municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da prefeitura de São Paulo e representante da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Marcos Cruz, defendeu a aprovação imediata do projeto, sem qualquer alteração, visto que uma mudança na Câmara "atrasaria a tramitação". "Nós temos que entregar essa futura lei aos municípios de todo o País", afirmou.

“A lei traz uma justiça de descentralização da tributação. Sua aprovação trará benefícios imediatos aos municípios, eliminando ‘áreas nebulosas’ entre a incidência de ISS e ICMS. Dizer que vai baixar a carga [tributária] é exagero, mas irá solucionar essa questão”, disse Cruz.

Audiência Pública realizada em 13/11/2014

Destinada a debater o problema do fornecimento de água nos municípios abastecidos pela Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no estado de São Paulo.

Requerimento nº 196/14 de iniciativa dos Deputados Guilherme Campos e Afonso Florence.

Participantes:

- Sandra Akemi Shimada, Procuradora Regional da República;
- Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas.

Resumo:

Falta d'água em São Paulo é fruto de otimismo injustificado, diz ANA

A falta d'água no estado de São Paulo é fruto de tratar com normalidade uma situação que já era crítica no começo do ano de 2014. A opinião trazida à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Debatedores concordaram que situação que já era crítica foi assumida como normalidade.

A reunião, organizada pelo deputado Guilherme Campos (PSD-SP), deveria contar com vários gestores do sistema hídrico paulista, como a secretaria de Recursos Hídricos de São Paulo, e as empresas que gerem o sistema, mas todos alegaram outros compromissos para não virem à Câmara.

Também faltaram representantes do consórcio que gerencia a bacia que abrange os rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Esses são os principais rios que abastecem tanto o Sistema Cantareira de Barragens, que abastece a capital paulista, quanto as maiores cidades do interior, na região de Campinas.

"O governo de São Paulo fez uma opção pelos paulistas que moram na capital, e deixaram à míngua os paulistas do interior", desabafou Campos. Segundo ele, pelo menos 35 municípios do estado de São Paulo já decretaram o racionamento de água. A cidade de Itu, por exemplo, sofre há quatro meses com a falta d'água. "Se não houver um dilúvio vai faltar água. A falta com a verdade do governo para enfrentar a crise joga com otimismo para chuvas futuras", disse.

Chuvas

Pelos dados da ANA, seriam necessários 100 m³ por segundo no sistema, para continuar com a retirada de 23 m³ por segundo. Essa média de chuvas é superior aos máximos históricos mesmo os melhores anos, pelos dados da agência.

Para o diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo, foi a persistência em olhar para o futuro de maneira otimista que colocou São Paulo numa situação pior do que deveria. "As decisões deveriam ser tomadas num cenário mais conservador, mas o governo de São Paulo agiu como se estivéssemos num período de normalidade, e não estamos", disse.

Para demonstrar esse otimismo irreal, Guillo mostrou que na justificativa enviada à ANA pela Sabesp, empresa responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 364 municípios do Estado de São Paulo, para utilização do volume morto do Sistema Cantareira, a empresa fez uma projeção de 15 m³ de água entrando nos reservatórios para o período logo posterior, mas na realidade a entrada foi de menos de 4 m³.

"Além disso, não podemos fazer administração do volume morto como se ele não fosse para uso em emergência, isso é a projeção de futuro que se adapta às medidas que estão sendo tomadas no curto prazo", disse.

Volume morto é o volume de água que está estocado em barragens, abaixo do que é usado para abastecimento compensando tempo de chuva com tempos de seca, que não deveria ser usado. Pelos dados da ANA, o Sistema Cantareira não tem 11% de reserva como anunciado: ele está com 20% negativo do seu volume. "A consequência é que você perde o controle do seu sistema hídrico, e fica dependente exclusivamente do regime de chuvas", disse.

Obras

Indagado se as obras que estão sendo feitas serão suficientes para resolver o problema, Guillo disse que, no curto prazo, apenas chuva e medidas restritivas, como racionamento, são possíveis. "Dizer que uma obra que resolve é tirar o foco, porque as obras começam agora, mas precisam de dois ou mais anos para entrar em funcionamento. Uma obra que está programada e pode ficar pronta em 9 meses em São

Paulo está ligando um rio que está seco a outro que também está seco, ou seja, você depende de chuvas”, disse.

Para Ministério Público, falta transparência na apresentação dos dados

A procuradora Sandra Akemi Shimada, da região de Campinas, reclamou da falta de transparência nas informações do governo paulista sobre o desabastecimento de água em São Paulo. “Para sabermos se há alternativas e melhores soluções, precisamos de informações e de planos e políticas de racionamento, mas nada disso está acessível”, disse.

Há 25 estações de monitoramento do nível da água, 60 de qualidade, mas tudo fica sob sigilo, e, segundo a promotora, a própria Sabesp, empresa responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 364 municípios do Estado de São Paulo, não divulga nem repassa informações aos comitês de bacias, que deveriam fiscalizar o que está sendo feito. “E nas vistorias de campo que fizemos, há divergências entre os dados da Sabesp e os coletados pelo Ministério Público”, disse.

Outro problema apontado pela procuradora é a inexistência de isonomia entre os sistemas Cantareira e Tietê, que também abastece a capital paulista.

Audiência Pública realizada em 19/11/2014

Destinada a debater a proposta do PL 4.961/05, que estabelece que as substâncias ou materiais extraídos de seres vivos naturais e materiais biológicos serão considerados invenção ou modelo de utilidade, podendo ser patenteados.

Requerimento nº 192/14 de iniciativa do Deputado Ronaldo Zulke.

Participantes:

- Heloísa Helena Barboza, Professora Titular da UERJ, Especialista em Biodireito e da Comissão de Bioética e Biodireito da OAB - RJ;
- Jorge Bermudez, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz;
- Marcela Vieira, Advogada do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos GTPI/REBRIP;
- Leonor Galvão, Co-coordenadora da Comissão de Estudo de Biotecnologia da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI.

Resumo:

Debatedores divergem sobre permissão para patente de fragmento de ser vivo

Proposta em análise na Câmara dos Deputados permite o registro de patentes de substâncias e materiais biológicos obtidos, extraídos ou isolados da natureza.



Debatedores divergem sobre permissão para patente de fragmento de ser vivo

Debatedores divergiram quanto à possibilidade de que fragmentos ou matérias de seres vivos sejam patenteados. Foram várias as teses defendidas em audiência pública na Câmara pelos participantes, muitas delas envolvendo questões éticas, morais, científicas, industriais e religiosas em torno do tema.

A audiência pública, promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, reuniu parlamentares, cientistas e representantes da sociedade civil para debater o Projeto de Lei 4961/05, que permite o registro de patentes de substâncias e de materiais biológicos obtidos, extraídos ou isolados da natureza.

Pelo texto, esses materiais serão considerados invenção ou modelo de utilidade. O projeto altera a Lei de Propriedade Industrial (9.279/96), que já permite que microrganismos transgênicos possam ser patenteados, desde que atendam a três requisitos: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Entretanto, essa lei proíbe o patenteamento de seres vivos, no todo ou em parte.

A patente, em termos gerais, é uma concessão pública conferida pelo Estado, que garante ao seu titular a exclusividade ao explorar comercialmente a sua criação e impede que terceiros utilizem o produto patentado sem a devida permissão.

Questionamentos

A advogada da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip), Marcela Vieira, disse que, além de ser polêmico, o tema envolve também questões éticas e morais que devem ser analisadas. "Nesse projeto de lei, especificamente, o debate ético também vai para a questão do que está sendo patentado. Se a gente pode patentear uma forma de vida, como se fosse uma invenção humana", declarou.

Já a representante da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), Leonor Galvão, disse que o termo "seres vivos" está gerando uma discussão desnecessária e que a aprovação do projeto dará vantagem econômica para o País.

"O Brasil já concede patentes para todas as áreas tecnológicas, e nós entendemos que a biotecnologia não pode ser diferente. Essa palavra 'seres vivos' significa materiais biológicos isolados de seres vivos, não é o patenteamento de seres vivos", afirmou Leonor Galvão.

O relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Laercio Oliveira (SD-SE), apresentou parecer pela aprovação do texto, na forma de substitutivo elaborado em 2009 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Depois de votado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto ainda passará por outras duas comissões e pelo Plenário da Câmara.

Acordo internacional

O relator recomendou a rejeição de um projeto apensado (PL 654/07) que, de acordo com a cientista Leonor Galvão, fere acordo assinado pelo Brasil em 1994 (Acordo Internacional sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, conhecido pela sigla Trips). O PL 654 veda a patente de organismos geneticamente modificados, "confrontando a orientação internacional do tratado".

Autor do requerimento da audiência pública, o deputado Ronaldo Zulke (PT-RS) disse que, por ser um tema complexo, o debate desta quarta-feira foi satisfatório. "Nós tivemos aqui a presença de estudiosos no assunto, que trouxeram importantes contribuições. Devemos preservar aquilo que interessa: a saúde pública, a cidadania e o povo brasileiro", afirmou.

Audiência Pública Realizada em 25/11/2014

Destinada a debater o PL n° 3.988/12, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação, nos rótulos das embalagens de pescado congelado e congelado comercializado no Brasil, do peso líquido e do peso desglaciado do produto.

Requerimento n° 189/14 de iniciativa dos Deputados Sebastião Bala Rocha e Laércio Oliveira.

Participantes:

- Luiz Carlos Gomes dos Santos, Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO, representando também o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- Sidney Antonio Liberati, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- Paulo Roberto Demarchi Mundt, Consultor da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC.

Resumo:

Debatedores divergem sobre projeto que diferencia peso de pescado com e sem gelo Indústria defende a diferença de pesos nas embalagens

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



O diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro), Luiz Carlos Gomes dos Santos, considera que os consumidores ficarão mais confusos se for aprovado o projeto de lei (PL 3988/12) que obriga constar nas embalagens dos pescados o peso do produto com e sem gelo.

Durante audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o diretor disse que é necessário esclarecer melhor o que é considerado embalagem, pois, para o Inmetro, o peso líquido já não considera o gleiser.

Antes de serem embalados e congelados, peixes, moluscos ou crustáceos recebem uma fina cobertura de gelo, chamada de gleiser, para evitar a oxidação e conservar a carne por mais tempo.

Atualmente, a regra é que a indústria informe apenas o peso líquido do produto. O problema é que indústria e Inmetro tem entendimentos diferentes do que seja peso líquido.

O texto propõe que as embalagens passem a indicar também o peso desglaciado, sem o gleiser. Caso o produtor não atenda a essa exigência será penalizado conforme o Código de Defesa do Consumidor.

Informação necessária

Para o diretor do Inmetro, o consumidor tem a informação necessária. "O peso líquido do pescado é o peso do pescado retirada a embalagem protetora e mais o gelo que cobre o produto. O produto continua congelado. O produto é o pescado congelado. A indústria tem um entendimento diferente do que seria embalagem. Para nós está muito claro. Nós seguimos as normas internacionais que definem que o gleiser é considerado uma embalagem."

Já para o autor do projeto, deputado Celso Maldaner (PMDB-SC), os consumidores devem ser informados adequadamente sobre o conteúdo exato que eles estão comprando. Ele compara com outros países em que os produtores dão esse dado.

Na opinião de Maldaner, a medida pode estimular a competitividade. "Acho que o setor do pescado também tem de ficar bem claro. Quando o consumidor vai comprar o peixe, ele quer saber o quanto está comprando de peixe mesmo, de conteúdo. O que nós queremos é apenas deixar bem claro na embalagem o que é peso líquido e o que é peso desglaciado."

A matéria foi discutida em audiência pública com representantes da indústria e dos órgãos do executivo que fiscalizam o produto, os ministérios do Desenvolvimento e da Agricultura.

Posição da indústria

O representante da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Paulo Roberto Mundt, acredita que o setor perde credibilidade com os consumidores em relação aos outros tipos de produtos que podem informar os diferentes pesos. "O que nós estamos querendo, o setor tem pleiteado junto à federação, é uma oportunidade de mostrar ao

consumidor final como ele está comprando. Hoje, você vai comprar uma lata de sardinha, lá na lata de sardinha tem o peso líquido e o peso líquido drenado. Se você gosta do óleo que está na lata de sardinha, você consome o óleo. Mas não necessariamente. Nas conservas, na azeitona e no pepino, aquela água que está por fora peso líquido e peso líquido drenado. É uma questão de princípio ou de equiparação."

Audiência Pública realizada em 26/11/2014

Destinada a prestar esclarecimentos sobre o aumento no número de miseráveis no Brasil.

Requerimento nº 200/14 de iniciativa do Deputado Mendonça Filho.

Participante:

- Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Resumo:

Decisão de divulgar dados sobre miséria após as eleições foi do Ipea, diz ministra

Governo insiste que a trajetória da pobreza vem caindo nos últimos anos e diz que a decisão do Ipea sobre a publicação de pesquisas foi tomada em agosto.

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



Tereza Campello insistiu que a pobreza no Brasil está diminuindo.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, disse que os dados que permitem o cálculo dos números da pobreza e da miséria no Brasil foram disponibilizados pelo governo em 18 de setembro. Segundo ela, qualquer pesquisador poderia ter consultado os números e feito análises a partir da página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na internet.

Em resposta à crítica da oposição de que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) só publicou a análise dos dados no início deste mês, após o segundo turno das eleições, Tereza Campello disse que foi uma decisão tomada pela diretoria do órgão. A

decisão, disse, foi tomada em agosto, antes mesmo da divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) pelo IBGE em setembro.

"Eu não sabia da decisão, muito menos a presidenta [Dilma Rousseff]", disse a ministra em audiência na comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

De acordo com os números publicados pelo Ipea, é a primeira vez desde 2003 (quando havia 26,24 milhões de brasileiros em situação de miséria) que o indicador registra alta: entre 2012 e 2013, o número passou de 10,08 milhões para 10,45 milhões, crescimento de 3,68%.

Trajetória de queda

Apesar de os números indicarem um crescimento da miséria, Tereza Campello ressaltou que a extrema pobreza tem tido trajetória de queda no País: passou de 13,6%, em 1992, para 4%, em 2013. O número de pobres também diminuiu: de 31,4%, em 1992, para 8,8%, em 2013.

A alteração verificada agora, explicou a ministra, é uma flutuação normal e estaria dentro da margem de erro das pesquisas. Ainda segundo ela, nada na economia do País justifica a reversão de queda no combate à pobreza: o salário mínimo cresce acima da inflação, a taxa de desemprego está caindo e o Bolsa Família teve um aumento real no valor médio recebido por família (84% no governo de Dilma). Ela disse ainda que o aumento da inflação não justifica o crescimento do número apenas de miseráveis, sem qualquer influência sobre a taxa de pobreza.

Tereza Campello destacou ainda os dados referentes à população com "renda zero", que inclui pessoas que não se encaixam entre os miseráveis, mas que podem não ter renda. "Por exemplo, um advogado que não teve honorários no mês. A pessoa não é extremamente pobre, mas está na curva", explicou.

Segundo a ministra, a análise nos 2,4 milhões de pessoas com renda zero apontou a existência de 1,7 milhão sem perfil de extrema pobreza (69,5%). "Ou seja, dos 2,4 milhões com renda zero, somente 744 mil (30,5%) teriam perfil com extrema pobreza."

Benefício eleitoral

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) discordou dos dados e criticou sua divulgação pelo Ipea apenas recentemente. Para ele, o governo se utilizou da situação para se beneficiar nas eleições. "A fraude eleitoral vai se configurar cada vez mais no momento em que tudo isso vier à tona, como veio agora aumento da gasolina, da energia elétrica, da inflação, da pobreza, concentração de renda e o não cumprimento da meta do superávit fiscal", listou.

Caiado disse que iria requerer à Advocacia Geral da União (AGU) para saber o porquê de interditar os números do Ipea no período das eleições.

Deputados petistas, por outro lado, saíram em defesa do governo. "A oposição não se conforma que a resposta da presidenta Dilma à crise mundial não seja arrocho, desemprego e recessão", afirmou o deputado Afonso Florence (PT-BA).

Audiência Pública realizada em 02/12/2014

Destinada a debater a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica.

Requerimento nº 202/14 de iniciativa dos Deputados Renato Molling e Guilherme Campos.

Participantes:

- Ricardo Alberto Suassuna de Medeiros, Diretor do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME;
- Frederico Rodrigues, Superintendente de Estudo de Mercado da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;
- Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE;
- Reginaldo Almeida de Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - Abraceel;
- Luiz Roberto Morgenstern Ferreira, Consultor da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - Apine;
- Adilson de Oliveira, Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Resumo:

Debatedores pedem mercado livre de energia para consumidor residencial

O Ministério de Minas e Energia, no entanto, é contra a ampliação do mercado livre, que hoje tem alcance praticamente restrito ao setor industrial.



Audiência debateu possibilidade de o consumidor escolher seu fornecedor de energia elétrica.

A possibilidade de o consumidor escolher seu fornecedor de energia elétrica, assim como faz com a operadora de telefonia celular, foi debatida em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Atualmente, só tem acesso ao chamado mercado livre de energia elétrica quem consome o mínimo de 500 KW todos os meses. O setor industrial representa a maior parte desse mercado, cerca de 92%.

Se depender do Ministério de Minas e Energia, o mercado livre não deverá ser ampliado, ficando mesmo com os consumidores industriais e comerciais de grande porte. Segundo o representante da pasta, Ricardo Suassuna, a medida não é simples porque o ambiente livre implica medições diferenciadas e um acompanhamento do consumo hora a hora.

"Esse acompanhamento do preço e da quantidade que você consome versus aquilo que está contratado pode ter diferenças que vão implicar desembolsos ou ganhos grandes. Hoje, no mercado brasileiro, isso não está adequado ao mercado residencial", disse Suassuna, que é diretor do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Segundo ele, esse sistema funciona em alguns países desenvolvidos porque o crescimento de energia ano a ano para atender essas populações é praticamente zero. "No Brasil, a população é crescente, e o consumo tende a aumentar", afirmou.

Vantagem ao consumidor

Já o professor Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que não há qualquer dificuldade do ponto de vista técnico e que a ampliação do mercado livre depende apenas de iniciativa do governo.

De acordo com o professor, a possibilidade de optar pelo mercado livre é vantajosa para o consumidor porque ele poderia reduzir seus custos. "Por exemplo, eu moro no Rio de Janeiro e meu fornecedor é a Light. A Light cobra pela minha energia muito mais do que cobraria a Cemig. Se eu pudesse deixar a Light e comprar da Cemig, eu compraria mais barato. Isso levaria a Light a reduzir seu preço, talvez a Cemig pudesse ser pressionada pela empresa da Bahia, e por aí vai. Então, a concorrência vai pressionar nessa direção. A mesma coisa que aconteceu com a telefonia", afirmou.

Representantes da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica, da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica e da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) também defenderam a ampliação do mercado livre.

O presidente da Abraceel, Reginaldo Almeida, lembrou que as indústrias economizaram cerca de R\$ 25 bilhões depois de aderirem do mercado livre e que, hoje, o consumidor teria a opção de escolher entre 750 fornecedores. Segundo ele, a forma correta de regular o mercado é dar opção de escolha ao consumidor, assim como ocorre nos Estados Unidos e nos países europeus.

Poder de escolha

O presidente da Comissão de Desenvolvimento, deputado Augusto Coutinho (SD-PE), também quer que o consumidor tenha o poder de escolha. "A cada momento de estiagem, vivemos dificuldades na área energética. O governo precisa definir claramente uma política de Estado. E essa política passa, no meu entender, pela ampliação do mercado livre", declarou.

Já o superintendente de Estudo de Mercado da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Frederico Rodrigues, ressaltou que a ampliação do mercado livre ainda não foi discutida pelo colegiado da agência. Ele afirmou, no entanto, que a medida não traria maiores problemas.

Audiência Pública realizada em 09/12/2014 – em conjunto com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o palestrante apresentará avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços - segundo semestre do exercício de 2013 e do primeiro semestre do exercício de 2014.

Participante:

- Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

Resumo:

Presidente do BC acredita em inflação no centro da meta no fim de 2016

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, Alexandre Tombini admitiu, porém, crescimento do índice no curto prazo; ele também negou pressão política para aumento da taxa de juros somente após as eleições.

Zeca Ribeiro - Câmara dos Deputados



Tombini fala sobre a perspectiva de inflação para os próximos meses.

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, afirmou que o órgão trabalha para conseguir uma redução a ponto de chegar ao centro da meta de inflação estabelecida pelo governo, de 4,5%, até o final de 2016. “Não haverá complacência por parte do Banco Central”, disse, em audiência conjunta da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e de cinco comissões da Câmara e do Senado.

Tombini admitiu, porém, que a inflação deverá crescer no curto prazo. “A inflação vai ser elevada nos últimos 12 meses, pelo realinhamento dos preços domésticos e dos administrados [como energia e combustível] em relação aos livres [definidos pelo mercado]”, afirmou.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 6,56% em 12 meses, acima do teto da meta (6,5%). No acumulado do ano, até novembro, o índice é de 5,58%.

O fortalecimento da política fiscal para cumprir, por exemplo, a meta do superavit primário deverá facilitar a convergência da inflação para a meta de 4,5%, de acordo com Tombini.

Para o deputado Amauri Teixeira (PT-BA), as avaliações do presidente do BC indicam uma perspectiva favorável para 2015. “Há um cenário internacional bastante difícil, mas em 2015, segundo o próprio presidente [do Banco Central], vai haver uma mudança, vai crescer novamente.”

A análise do líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), é oposta. Para o parlamentar, Tombini ratificou a dificuldade econômica enfrentada pelo Brasil. “Inflação crescente, praticamente estamos estagnados, parados. O Brasil crescendo 0%, 0,18% neste ano. E a perspectiva para 2015 é de mais arrocho e de mais dificuldades”, afirmou.

Juros

O presidente do BC negou que os dois aumentos da taxa Selic após as eleições ocorreram por pressão política. Os juros básicos da economia aumentaram em 0,75 ponto percentual no final de outubro, dois dias após o segundo turno, e no início deste mês.

“No início de setembro, o dólar estava a R\$ 2,25. Tivemos uma desvalorização nominal da ordem de 10% do Real. Houve uma valorização generalizada do dólar. A nossa estratégia, que era válida, foi mudada ao longo do mês de outubro”, disse Tombini, em resposta a parlamentares da oposição.

Mendonça Filho criticou o aumento dos juros. “O BC sucumbiu à pressão da presidente Dilma de tirar aumento de juros da disputa presidencial? A presidente se elegeu com a tese de que a taxa de juros deveria cair, mas subiu, e muito.”

O deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) também questionou o aumento de juros somente após as eleições, já que, tecnicamente, o Banco Central sabia que teria de reajustar a taxa.

Tombini lembrou que as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) são remarçadas com um ano de antecedência e não houve mudanças por questões eleitorais. “Os sinais estavam ali. Não é porque está ocorrendo eleição que vamos remarcar a reunião do Copom.”

Superavit

A meta de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para o superavit primário de 2015, estabelecida pelo governo, é dura, mas possível de ser alcançada, na opinião do presidente do BC. “Creio que é um número duro, mas é, sim, factível, e o governo conseguirá atingi-lo”, disse, em resposta a parlamentares da oposição, que questionaram se o governo alteraria a meta fiscal de 2015, como pretende fazer na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano com o PLN 36/14, que teve seu texto-base aprovado na última quinta-feira (4) pelo Congresso Nacional, restando apenas a votação de uma emenda, prevista para ocorrer na sessão de hoje.

No fim de novembro, Tombini foi confirmado à frente do BC por mais quatro anos, ao mesmo tempo em que foram apresentados os novos ministros da Fazenda (Joaquim Levy) e do Planejamento (Nelson Barbosa). Na cerimônia, o governo se comprometeu a buscar um superavit primário de 1,2% do PIB no ano que vem e de 2% nos dois anos seguintes.

Audiência Pública realizada em 09/12/2014

Destinada a debater o PL n.º 6.906/13 que Acrescenta art. 2º-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir o consórcio de empregadores urbanos.

Requerimento nº 171/14 de iniciativa do Deputado Ronaldo Zulke.

Participante:

- Luiz Henrique Ramos Lopes, Coordenador-Geral de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Guilherme Feliciano, Diretor de Prerrogativas da Anamatra e Juiz do Trabalho;
- Fábio Leal Cardoso, Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho - MPT;
- Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - Contracs/CUT;
- Clóvis Scherer, Assessor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE;
- Hélio Stefani Gherardi, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP.

Resumo:

Debatedores criticam projeto que prevê consórcios de empregadores urbanos

Integrantes do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT) se posicionaram contra projeto de lei que autoriza a criação de consórcios de empregadores urbanos.



Participantes de audiência na Comissão de Desenvolvimento Econômico foram unânimes nas críticas.

De autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o projeto (PL 6906/13) permite que pessoas físicas e empresas se unam para contratar funcionários e prevê a divisão dos encargos patronais dos trabalhadores urbanos entre os membros do consórcio. Essa modalidade de emprego já existe no meio rural. A proposta acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43) e à Lei 8.212/91, que trata da organização da Seguridade Social.

A proposta foi discutida em audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. O deputado Ronaldo Zulke (PT-RS), que propôs a audiência, afirmou que não se pode permitir retrocessos nas regras estabelecidas pela CLT.

Prejuízos

Na avaliação do presidente da Contracs/CUT, Alci Matos Araújo, o trabalhador será prejudicado se a proposta for aprovada. “O avanço que nós tivemos no País, desde a década de 80, tem nesse projeto uma problemática muito grande. Uma vez que seu único objetivo é a precarização dos direitos dos trabalhadores”, afirma.

Entre os problemas dessa modalidade de emprego, os debatedores apontaram que os empregados ficariam sem um chefe fixo a quem se reportar, uma vez que ele pode ser escalado a cada dia por um participante diferente do consórcio, o que seria uma quebra na relação direta entre empregado e empregador.

O diretor técnico do Diap, Hélio Stefani Gherardi, afirmou que a legislação trabalhista brasileira é uma das melhores em todo o mundo e por isso é alvo de medidas para

enfraquecê-la. “Sempre tentam derrubar, ou tentam contrariar, ou fraudar dispositivos da CLT”, argumenta.

Já o procurador regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Fábio Leal Cardoso, não enxerga benefícios para a sociedade com a aprovação do projeto. “A medida não atende as necessidades nem dos empregadores e nem das empresas”, afirma.

Audiência Pública realizada em 16/12/2014

Destinada a debater o PL nº 7.200/14 que visa dar segurança e garantia de sobrevivência ao Concessionário, em caso de rescisão contratual.

Requerimento nº 174/14 de iniciativa do Deputado Osmar Terra

Participantes:

- Margarete Gandini, Coordenadora Geral das Indústrias de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;

- Luiz Moan Yabiku Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA;

- Alarico Assumpção Jr., Presidente Executivo da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - FENABRAVE;

- Sebastião De Araújo Costa Jr, Assessor Jurídico da Associação das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores - ABEIFA.

Resumo:

Comissão vai reavaliar projeto que dá garantias às concessionárias de veículos

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Deputados da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio vão reavaliar o projeto de lei que dá garantias às concessionárias de veículos, em caso de rescisão de contrato pelos fabricantes (PL 7200/14).

Após audiência pública entre representantes das partes envolvidas, os deputados chegaram à conclusão de que a atual legislação já é suficiente para dar segurança às vendas autorizadas.

A audiência foi um pedido do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), que chama atenção para o risco, com a atual queda da demanda do mercado interno e da exportação, de que os fabricantes simplesmente invalidem os contratos.

Terra acredita, no entanto, que o problema pode ser resolvido com acordos entre as partes. "A concessionária investe, tem um investimento enorme, uma estrutura, só trabalhada com aquela marca. De repente, da noite para o dia, ela pode ficar sem o seu fornecimento. Diante desse risco, alguns deputados tomaram a iniciativa de propor uma lei que garanta, pelo menos, que não haja rescisão pura e simples dos contratos. Eu acho que isso é desnecessário."

Na opinião de Osmar Terra, é possível chegar a um acordo sem precisar fazer uma lei. "Acho que nesse País nós temos que parar de dar canetaço, né? De tentar impor regras a partir de decisões políticas. As regras do mercado estão aí", acrescentou.

Aprimoramento da lei

Durante a reunião, os representantes da Associação das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa) e da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) defenderam a aplicação e o aprimoramento da Lei Ferrari (6.729/79), que trata da concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, para que sejam mais claras as relações com as produtoras.

O atual presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan Yabiku Júnior, mencionou as atuais regulamentações que já atuam no equilíbrio entre os setores e garante que o diálogo tem sido eficiente. "Existe toda uma legislação que efetivamente já regula e equilibra as relações entre montadoras e suas concessionárias. Hoje, fiquei bastante feliz porque tanto a Abeifa quanto a Fenabrave reconhecem que esta legislação que já existe é suficiente."

Concorrência acirrada

O autor do projeto, deputado Laercio Oliveira (SD-SE), justifica que a criação da proposta surgiu de reclamações dos empresários do setor.

Ele alega que as concessionárias têm sido prejudicadas pela concorrência acirrada e pela falta de garantias das marcas que vendem e, por isso, a legislação necessitaria de atualização.

Após o debate, no entanto, reconheceu que o projeto precisa ser mais discutido. "Não existe nenhuma intenção se não tentar contribuir para o que o setor se fortaleça ainda

mais, que esse é o nosso papel. Então, eu quero desde já me colocar à disposição. Desejo que alguns dos nossos pares amanhã possam pedir vistas a esse projeto, para aprofundar ainda mais a discussão."

O projeto continua em análise na Comissão de Desenvolvimento Econômico e ainda não tem previsão para ser votado. O parecer do relator, deputado Henrique Oliveira (SD-AM), é pela aprovação.

Seminários (3):

Seminário realizado em 26/03/2014

Tema: Panorama da Economia Brasileira

Requerimentos: nº 131/13 (Deputado Angelo Agnolin); nº 90/12 (Deputado Fernando Torres); nº 103/13 (Deputado Sebastião Bala Rocha e Paulo Rubem Santiago).

Requerimento nº 174/14 de iniciativa do Deputado Osmar Terra

Participantes:

MESA DE ABERTURA:

- Deputado AUGUSTO COUTINHO, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC;
- Deputado Angelo Agnolin, autor do Requerimento nº 131/13;
- Deputado Fernando Torres, autor do Requerimento nº 90/12;
- Deputado Sebastião Bala Rocha, autor do Requerimento nº 103/13;
- Deputado Paulo Rubem Santiago, autor do Requerimento nº 103/13.

Painel 1 - Problemas Conjunturais e Possíveis Soluções

Tema: Os Entraves ao Empreendedorismo (Enfoques: Burocracia e Encargos na Atividade Comercial; Capital Humano)

- Mauro Borges, Ministro do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- Guilherme Afif Domingos, Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República;
- Renato da Fonseca, Gerente Executivo de Pesquisa e Competitividade da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Roberto Nogueira Ferreira, Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC;
- Marcelo de Ávila - Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Painel 2 - Perspectivas Econômicas Brasileiras:

- Denísio Augusto Liberato Delfino, Coordenador Geral de Análise Macroeconômica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

- Luiz Paulo Vellozo Lucas, Economista;

-Rodrigo Ávila, Economista.

Mediador:

- Carlos Alberto Sardenberg, Jornalista e Economista.

Resumo:

Debatedores divergem sobre desafios de crescimento econômico nacional

O seminário reuniu especialistas em economia ligados a pré-candidatos à presidência da República.

Alexandra Martins / Câmara dos Deputados



Sardenberg (C): a nota do Brasil caiu porque o parâmetro do próprio governo não foi alcançado.

Especialistas em economia ligados a pré-candidatos à presidência da República não entraram em acordo sobre o cenário atual e os desafios para o crescimento nacional durante seminário para discutir o panorama da economia brasileira.

O debate foi promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O coordenador-geral de Análise Macroeconômica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Denísio Liberato, apresentou indicadores positivos para mostrar que os investimentos do governo têm dado resultado na economia. Entre os dados ele citou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2,3% em 2013, maior que outras economias emergentes como México (1,1%) e Rússia (1,3%). “Dado o contexto internacional, o desempenho de 2013 foi muito positivo”, afirmou.

Já o presidente nacional do Instituto Teotônio Vilela – ligado ao PSDB –, Luiz Paulo Vellozo, falou que as instituições brasileiras perderam a credibilidade e fazem o Brasil deixar de atrair investidores internacionais. “Esse é o maior problema da economia, a desvalorização e perda de confiança e credibilidade. Isso começa com a palavra das autoridades, anúncios que viraram uma sequência de desmentidos”. Ele citou a diminuição de 70% do valor de mercado da Petrobras, como reflexo do problema.

Rebaixamento

No dia 24 de março, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) rebaixou de crédito soberano do Brasil para o menor grau de investimento antes de cair como possível especulador.

Hoje, foi a vez de 13 instituições financeiras brasileiras, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de bancos privados como Bradesco e Itaú Unibanco, também terem a nota reduzida pela agência.

“A nota do Brasil caiu porque o parâmetro do próprio governo não foi alcançado”, disse o jornalista econômico Carlos Alberto Sardenberg ao citar entrevista da presidente Dilma Rousseff no início do mandato em que se comprometia a alcançar juros reais de 2%, inflação de 4,5% e crescimento econômico de 5%. Atualmente, os juros reais chegam por volta de 4,5%, a inflação de 5,9% e o crescimento em 2,3%.

“Independente da avaliação de agência A, B ou C, o governo está comprometido de entregar um [superavit] primário de 1,9% do PIB e continuar com a política de geração de emprego, renda, consistência macroeconômica”, defendeu Denísio, em resposta à redução da classificação do Brasil.

Competitividade

Para o deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO), que coordenou o painel, a necessidade de melhoria da competitividade industrial foi um dos temas mais tratados no debate. “Estamos ainda amparados pelas commodities, que não é o melhor caminho para um país que quer ser desenvolvido”, disse.

Sardenberg também criticou a falta de competitividade e ganho de produtividade da economia brasileira. “A nossa competitividade é baixa por causa do custo dos salários, da defasagem em tecnologia e do baixo nível de capital, de infraestrutura.”

Na opinião do economista e assessor do PSOL, Rodrigo Ávila, o alto custo da dívida pública brasileira – que comprometeu 40,3% do orçamento executado em 2013 - é o principal desafio da economia brasileira. “É impossível analisar a economia sem

analisar a dívida pública. É um tema tabu, porque a própria discussão já gera um medo, os mercados ficam nervosos”. Ele defendeu uma auditoria da dívida para analisar as origens do débito e ver o que deveria ser pago.

Burocracia

Pela manhã, o evento teve a presença dos ministros do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges; e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos. Eles avaliaram problemas conjunturais da economia e possíveis soluções, com ênfase na burocracia, nos entraves ao empreendedorismo e no custo da produção do País.

Seminário realizado em 29/04/2014 – em conjunto com as Comissões de Finanças e Tributação; de Constituição, Justiça e de Cidadania; e pela Comissão Especial do Novo Código Comercial.

Tema: Debate com especialistas a Situação da Economia Brasileira. (Seminário Brasil Novo)

Requerimento nº 281/14 (CFT), de iniciativa dos Deputados Mário Feitoza e Afonso Florence; Requerimento nº 193/14 (CCJC), de iniciativa do Deputado Vicente Cândido. Requerimento nº 156/14 (CDEIC), do Deputado Augusto Coutinho.

Convidados:

- Guido Mantega, Ministro da Fazenda;
- Ricardo Berzoini, Ministro das Relações Institucionais;
- Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados;
- Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação – CFT;
- Deputado Vicente Cândido, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC;
- Deputado Augusto Coutinho, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC;
- Deputado Arthur Oliveira Maia, Presidente da Comissão Especial do Código Comercial;
- Mauro Borges Lemos, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC;
- Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF;
- Robson Braga De Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Renato Baldini Júnior, Consultor no Departamento Econômico do Banco Central do Brasil;
- Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional;
- Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil;
- Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

- Senador Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
- Luiz Fernando Figueiredo, Economista e Diretor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA;
- Manoel Dias, Ministro do Trabalho e Emprego;
- Guilherme Afif Domingos, Ministro-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República;
- Marcelo Côrtes Neri, Ministro-Chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea;
- Roberto Nogueira Ferreira, Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- Márcio Percival Alves Pinto, Vice-Presidente de Finanças e Controladoria da Caixa Econômica Federal;
- Max Leno De Almeida, Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE;
- Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Resumo:

Indústria e agronegócio pedem reformas em leis para melhorar economia

Entre prioridades defendidas pelo setor produtivo, estão a definição exata de trabalho escravo, a regulamentação da terceirização, melhorias na infraestrutura hidroviária e as reformas tributária e trabalhista.



Kátia Abreu pediu a implantação de hidrovias: "Agronegócio não é grão, é logística".

Representantes de entidades ligadas à indústria, ao agronegócio e ao sistema financeiro apresentaram os principais pontos de uma agenda positiva para a economia brasileira, em seminário na Câmara dos Deputados.

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), citou como propostas defendidas pela entidade a definição exata do conceito de trabalho escravo no País, a regulamentação da terceirização da atividade fim e a autorização para construção de eclusas junto a barragens de hidrelétricas.

No caso do trabalho escravo, segunda ela, a indefinição conceitual tem levado a inclusão de diversos produtores em uma lista “suja” do Ministério do Trabalho. “Queremos uma definição clara, porque ‘jornada exaustiva e trabalho degradante’, juntos, fazem com que alguns trabalhos sejam considerados análogos à escravidão”, disse ela, durante o seminário "Brasil Novo", que debate perspectivas da economia brasileira.

A senadora também reivindicou um melhor aproveitamento do potencial hidroviário brasileiro para o escoamento da safra com a construção de eclusas concomitantemente a barragens de hidrelétricas. “Agronegócio hoje não é grão, é logística”, comentou Katia. “Para nós, a hidrovia é essencial. E Deus nos deu vários mississipis”, completou, em referencia a utilização do Rio Mississippi, nos EUA, como canal para escoamento da produção agrícola.

“Usar a infraestrutura de maneira casada com a política industrial parece o grande desafio, pois isso confere perenidade ao nosso desenvolvimento”, disse o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, ao prever um novo ciclo de expansão da economia brasileira.

Oportunidade

Já o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Luiz Carlos Cappi, destacou que o Brasil tem à frente a possibilidade de reverter a imagem de "País do futuro que nunca chega". "Em todas as apresentações que me antecederam, foram citados gargalos na infraestrutura, mas eu prefiro chamar isso de oportunidades para geração de emprego e crescimento", comentou, ao defender que o Brasil deve ir além, sem perder os avanços na área social e a estabilidade da moeda. Mais cedo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou números positivos para o crescimento do País.

Durante o seminário, a presidente da CNA pediu ainda mais agilidade na liberação de defensivos agrícolas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Conforme ela, em muitos casos, a Anvisa é lenta na análise e na aprovação de novos agrotóxicos. Kátia Abreu disse que 90% das verduras e frutas são produzidas com defensivos irregulares porque a obtenção do registro é muito cara.

Reformas estruturais

Representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) no seminário, a diretora de relações institucionais, Mônica Guimarães, afirmou que o País avançou pouco nas reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista, necessárias para estimular o desenvolvimento do País.

Na área trabalhista, por exemplo, ela ressaltou a necessidade de revogação dos efeitos da NR 12, norma que obriga empresas que atuam no País a cumprir os mesmos requisitos de segurança no trabalho praticados pela União Europeia. “Não se questiona os benefícios da norma, mas a dificuldade que temos de atender a padrões de segurança tão distantes da nossa realidade”, disse, ao defender a aprovação do PDC 1408/13, que pretende sustar a NR12.

O seminário “Brasil Novo” foi promovido pelas comissões de Finanças e Tributação; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Constituição, Justiça e de Cidadania; e pela Comissão Especial do Novo Código Comercial.

Seminário realizado em 05/12/2014

Tema: Água: Direito Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade

Requerimento nº 196/14 de iniciativa dos Deputados Guilherme Campos e Afonso Florence.

Participantes:

- Eugênio Spengler, Secretário Estadual de Meio Ambiente do estado da Bahia - SEMA;
- Dep. Bira Coroa, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia;
- Dep. Fátima Nunes, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia;
- Dep. Marcelino Galo, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia;
- Edson Ribeiro, Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental da Secretaria de Estadual de Meio Ambiente do estado da Bahia - SEMA;
- Bento Ribeiro Filho, Presidente da Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia - CERB;
- Bartira Mônaco, Gerente de Planejamento e Gestão da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa;
- Ademilson Santos (Tiziu), Representante da Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA;
- Pedro Romildo dos Santos, Membro do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia - SINDAE-BA.

Mesa Redonda (2):

Mesa Redonda realizada em 28/04/2014

Tema: Os Principais Gargalos, Potencialidades e Resultados de Pesquisa nas Áreas de Agricultura Sustentável, Piscicultura e Extrativismo Vegetal no Estado do Amazonas.

Requerimento nº 153/14 de iniciativa da Deputada Rebecca Garcia

Participantes:

- Dep. Estadual Adjuto Rodrigues Afonso, Presidente da Comissão de Finanças Públicas da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM e Presidente da Frente Parlamentar do Empreendedor;
- Sônia Alfaia, Secretária Interina de Estado da Produção Rural - SEPROR;
- Luiz Marcelo Brum Rossi, Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Ocidental;
- Antonio Ademir Stroski, Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM;
- Miberwal Ferreira Jucá, Presidente em Exercício da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS;
- Muni Lourenço, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA.

Resumo:

Mesa Redonda discute resultado de pesquisas do setor primário



Deputado estadual Adjuto Afonso (PP) e a deputada federal Rebecca Garcia (PP) participam da "Mesa Redonda", na Aleam.

Por requerimento da deputada federal Rebecca Garcia (PP/AM), membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa (Aleam) sediou um amplo debate em torno das pesquisas efetuadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em favor do desenvolvimento do setor primário da Amazônia Ocidental. A Mesa Redonda “Principais gargalos, potencialidades e resultados de pesquisa na agricultura sustentável, piscicultura e extrativismo vegetal no Amazonas” aconteceu no auditório Beth Azize, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Aberta pela deputada Rebecca e pelo deputado estadual Adjuto Afonso (PP) com o objetivo de discutir a situação do setor primário enquanto potencial alternativa de modelo econômico para o estado e seus avanços e desafios, o evento reuniu parlamentares, representantes da (Embrapa), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Secretaria de Estado da produção Rural (Sepror), Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (Faea).

Para a deputada Rebecca, o debate é propício, pois o Estado necessita de uma mudança na economia. “Muito se tem debatido a votação da PEC da Zona Franca, mas entendemos que é fundamental o desenvolvimento do interior do estado e o setor primário ainda é pouco discutido, pois já passou da hora de o Amazonas repensar sua economia e investir em outro setor”, avaliou.

Já o deputado estadual Adjuto Afonso (PP), reafirmou a necessidade de discussão, mas salientou a importância da união de esforços da bancada federal com o Legislativo estadual para fomentar o setor primário. “Esta oportunidade é importante para deixar a Câmara Federal a par de todas as dificuldades enfrentadas e ajudar o setor primário a se desenvolver”, afirmou.

A secretária interina da Sepror, Sônia Alfaia, destacou como um dos grandes gargalos do setor primário, o baixo percentual do orçamento do estado destinado ao setor, assim como o presidente da Faea, Muni Lourenço, que acrescentou, ainda, a escassez de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Sustentável Florestal do Amazonas (Idam) para prestar assistência técnica no interior.

Mesa Redonda realizada em 05/06/2014

Tema: Soluções para a Melhoria do Sistema Logístico Brasileiro

Requerimento nº 188/14 de iniciativa da Deputada Rebecca Garcia.

Participantes:

- Dep. Estadual Conceição Sampaio, Terceira Vice-Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM;
- Antônio Jorge Cunha Campos, Professor Doutor em Logística - UFAM;
- Inácio Guedes, Diretor de Formação Profissional do Conselho Regional de Administração do Amazonas - CRA/AM;
- Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Relações Institucionais da Força Sindical;
- Augusto César Barreto Rocha, Diretor Adjunto e Coordenador de Logística da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas e Coordenador do Comitê de Logística do Centro da Indústria do Estado do Amazonas - FIEAM/CIEAM.

Outros Eventos (1):

Evento realizado em 05/11/2014

Café da Manhã de Lançamento da Publicação "Anais do Seminário Panorama da Economia Brasileira", da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em conjunto com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Publicação originada do Seminário Panorama da Economia Brasileira, realizado na Comissão no dia 26 de março.

Resumo:

Foram lançados no Restaurante Escola Senac da Câmara dos Deputados os Anais do Seminário Panorama da Economia Brasileira, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara (CDEIC), com apoio da CNC, na presença de seus representantes, deputado Laércio Oliveira, vice-presidente da CNC, e Roberto Velloso, chefe da assessoria legislativa da instituição; e de parlamentares, como os deputados Augusto Coutinho, presidente da CDEIC e Angelo Agnolin, ex-presidente da Comissão e autor do requerimento para a realização do Seminário.

No evento, Roberto Velloso explicou a parceria da Confederação com a Câmara dos Deputados, que é permanente há anos. “Estamos à disposição para trabalhar por qualquer coisa que tenha por fim o avanço do País”.

Outros parlamentares, como Sebastião Bala Rocha, Otávio Leite e Paulo Rubem Santiago, fizeram uso da palavra para debater o quadro atual da economia brasileira, propondo alternativas às dificuldades enfrentadas e se colocando à disposição para discutir o assunto em novas discussões na Câmara dos Deputados.

Membro da Comissão de Finanças e Tributação, o deputado Alfredo Kaefer apontou a necessidade de novas alternativas viáveis para melhorar a economia – que fujam às taxas de juros e inflação – e citando o crescimento do PIB e a possível autonomia do Banco Central.

Seminário Panorama da Economia Brasileira

Realizado em 26 de março, o Seminário discutiu problemas conjunturais da economia brasileira, com ênfase na burocracia, nos entraves ao empreendimento e no custo da produção no País.

PROJETOS APRECIADOS EM 2014

Projetos Aprovados (51):

- PL-78/2011** LAERCIO OLIVEIRA - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de dezembro de 1966 (Código Tributário Nacional) e a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais).
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann, pela aprovação, com emendas. Em 02/04/14.
- PL-6582/2013** CARLOS BEZERRA - Altera o parágrafo único do art. 966 do Código Civil para considerar como empresário quem exerce profissão intelectual com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação, com emenda. Em 02/04/14.
- PLP-348/2013** LAERCIO OLIVEIRA - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação. Em 02/04/14.
- PL-1877/2011** JANETE ROCHA PIETÁ - Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região do Alto Tietê.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann, pela aprovação, na forma do substitutivo. Em 09/04/14.
- PL-3778/2012** IRACEMA PORTELLA - Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas "in natura".
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann, pela aprovação deste, das Emendas de Relator 1 e 2 da CAPADR, com substitutivo. Em 09/04/14.
- PL-6729/2013** SÉRGIO BRITO - Institui a Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela aprovação. Em 09/04/14.
- PL-4911/2009** NELSON BORNIER - Torna obrigatória a postagem com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do vencimento, dos boletos bancários, documentos de

cobrança ou similares por parte das empresas dos setores públicos e privados para clientes e dá outras providências.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela rejeição deste, da Emenda 1/2009 da CDEIC, do PL 6369/2009, do PL 7140/2010, do PL 7281/2010, do PL 110/2011, do PL 1586/2011, do PL 2445/2011, do PL 4486/2012, do PL 6422/2013, do PL 6461/2009, do PL 713/2011, do PL 1283/2011, do PL 5990/2013, do PL 5891/2013, do PL 2778/2011, do PL 3776/2012, do PL 4344/2012, do PL 4696/2012, e do PL 6656/2013, apensados. Em 23/04/14.

PLP-81/2011

LAERCIO OLIVEIRA - Dispõe sobre a anulação das inscrições em Dívida Ativa da União, dos coobrigados inseridos por força do art. 13, da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 23/04/14.

PL-4123/2012

RICARDO IZAR - Acrescenta o Capítulo V-A, ao Título III da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre produtos retrabalhados.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação. Em 23/04/14.

PL-5699/2013

CARLOS BEZERRA - Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para possibilitar aos titulares não identificados ou não localizados que reclamem, a qualquer tempo, suas ações e para tornar imprescritíveis os dividendos destas ações.

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, apresentou voto em separado o Deputado Guilherme Campos.

Parecer do Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela aprovação, com substitutivo. Em 23/04/14.

PL-5814/2013

ONOFRE SANTO AGOSTINI - Dispõe sobre a Proibição de Som acima de 85 (oitenta e cinco) decibéis em casas de shows e boates, e dá outras providências

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Edson Pimenta (PSD-BA), pela aprovação. Em 23/04/14.

PL-6322/2013

CARLOS BEZERRA - Dispõe sobre a emissão de debêntures por sociedades limitadas.

Aprovado o Parecer.

Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação, com substitutivo. Em 23/04/14.

- PL-6647/2013** JORGE CORTE REAL - Prorroga, até 31 de dezembro de 2016, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.
- Aprovado o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Renato Molling (PP-RS), pela aprovação. Em 23/04/14.
- PL-2673/2007** JORGE BITTAR - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as condições especiais sobre a duração e condições do trabalho em teleatendimento (telemarketing).
- Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.**
Parecer do Relator, Dep. Afonso Florence (PT-BA), pela aprovação deste e do PL 5.851/2009, apensado, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e pela rejeição da Emenda 1/2009 da CDEIC. Em 07/05/14.
- PL-7700/2010** VIEIRA DA CUNHA - Institui a obrigatoriedade de auditoria externa, independente e periódica, em entidades certificadoras que criem, promovam, concedam ou distribuam certificações ambientais, selos de qualidade, selos verdes ou congêneres, a ser realizada por entidades acreditadoras.
- Aprovado o Parecer Vencedor do Deputado Angelo Agnolin, pela aprovação, com substitutivo.**
Apresentaram votos em separado os Deputados João Dado, Marcelo Matos e Ângelo Agnolin. O parecer do Relator, Dep. Afonso Florence, passou a constituir Voto em Separado. Em 07/05/14.
- PL-4303/2012** LAERCIO OLIVEIRA - Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para criar e disciplinar a sociedade anônima simplificada (SAS).
- Aprovado o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação, com emenda. Em 07/05/14.
- PL-3259/2012** CARLOS SAMPAIO - Dispõe sobre o descarte dos filtros de cigarro e demais componentes de qualquer produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, e dá outras providências.
- Aprovado o Parecer com Complementação de Voto. Apresentou voto em separado o Deputado Guilherme Campos.**
Parecer do Relator, Dep. Edson Pimenta (PSD-BA), pela aprovação, com substitutivo. Em 14/05/14.
- PL-5889/2013** RODRIGO MAIA - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de transporte público coletivo rodoviário de passageiros adotarem a forma de sociedade anônima.

Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. João Maia (PR-RN), pela aprovação, com substitutivo. Em 14/05/14.

PL-1232/2011 JOÃO ARRUDA - Disciplina a venda eletrônica coletiva de produtos e serviços através de sítios na internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas.

Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Renato Molling (PP-RS), pela aprovação deste, do PL 1933/2011, do PL 3405/2012, e do PL 3463/2012, apensados, com substitutivo. Em 21/05/14.

PLP-113/2011 ALFREDO SIRKIS - Isenta de tributos federais, nos quatro primeiros anos de atividade, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte incluídas no Simples Nacional.

Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação. Em 21/05/14.

PL-2035/2011 AROLDE DE OLIVEIRA - Determina a publicação da prestação de contas de recursos recebidos da União por instituições privadas e dá outras providências.

Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição da Emenda 1/2011 da CDEIC. Em 28/05/14.

PL-2732/2011 ARNALDO JARDIM - Estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo, cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Substâncias Perigosas e o Fundo Nacional para a Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas e altera art. 8º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 28/05/14.

PL-3448/2012 ELCIONE BARBALHO - Torna obrigatória a aquisição de veículos nacionais para os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União.

Aprovado o Parecer.
Parecer do relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação, com emendas. Em 28/05/14.

PL-4552/2012 VALDIR COLATTO - Obriga os fabricantes e importadores a procederem à coleta e descarte adequado das lâmpadas de mercúrio de baixa pressão.

Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela aprovação, com substitutivo. Em 28/05/14.

- PL-4595/2012** ONOFRE SANTO AGOSTINI - Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, dispondo a obrigatoriedade de instalação de dispositivo aparador de linha em motocicletas e motonetas.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Edson Pimenta (PSD-BA), pela aprovação. Em 28/05/14.
- PL-5494/2013** RAUL LIMA - Cria Área de Livre Comércio no Município de Pacaraima, no Estado de Roraima.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Henrique Oliveira (SD-AM), pela aprovação. Em 28/05/14.
- PL-7143/2014** ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Davi Alves Silva Júnior (PR-MA), pela aprovação. Em 04/06/14.
- PL-4861/2012** VICENTE CANDIDO - Altera a redação do parágrafo único do art. 48, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação, com substitutivo. Em 16/07/14.
- PL-6698/2013** SENADO FEDERAL - PAULO BAUER - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aperfeiçoar a disciplina da empresa individual de responsabilidade limitada e para permitir a constituição de sociedade limitada unipessoal.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação. Em 16/07/14.
- PL-3414/2012** MAURO LOPES - Dispõe sobre a opção pelo lucro presumido das pessoas jurídicas obrigadas ao lucro real que ingressaram no Programa de Recuperação Fiscal - Refis.
Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Laercio Oliveira, pela aprovação, com substitutivo. Apresentou voto em separado o Deputado Valdivino de Oliveira. O parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann, passou a constituir Voto em Separado. Em 29/10/14.

- PL-4783/2012** GUILHERME CAMPOS - Altera o art 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
Aprovado o Parecer.
Parecer da Relatora, Dep. Rebecca Garcia (PP-AM), pela aprovação deste, e do PL 6450/2013, apensado, com substitutivo. Em 29/10/14.
- PL-4883/2012** SENADO FEDERAL - HUMBERTO COSTA - Obriga o concessionário de veículo automotor a notificar pessoalmente o proprietário do veículo objeto de recall e a ofertar gratuitamente o reparo do vício constatado pelo recall sempre que o proprietário do veículo automotor solicitar qualquer serviço ao concessionário.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação. Em 29/10/14.
- PDC-1412/2013** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Dimas Fabiano (PP-MG), pela aprovação. Em 05/11/14.
- PDC-1464/2014** SENADO FEDERAL - Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2013.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Laercio Oliveira (SD-SE), pela aprovação. Em 05/11/14.
- PL-3616/2012** FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, 3 (três) anos.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação. Em 12/11/14.
- PLP-254/2013** GUILHERME CAMPOS - Dispõe acerca do uso do Cartão Benefício, como meio de pagamento.
Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, contra o voto do Deputado Guilherme Campos.
Parecer do Relator, Dep. Ângelo Agnolin (PDT-TO), pela aprovação, com substitutivo. Em 12/11/14.

- PL-6786/2013** HENRIQUE OLIVEIRA - Limita o percentual permitido do metal cádmio nas bijuterias, acessórios assemelhados e brinquedos.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 6847/2013, apensado. Em 12/11/14.
- PLP-368/2013** OTAVIO LEITE - Dispõe sobre o mercado de capitais para as pequenas e microempresas.
Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação. Em 12/11/14.
- PL-7750/2010** SENADO FEDERAL - PAPALÉO PAES - Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para atualizar a terminologia referente ao Registro Público de Empresas e Atividades Afins.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Renato Molling (PP-RS), pela aprovação deste, da Emenda 3 ao Substitutivo, e do PL 3492/2012, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1 e 2/2010, das Emendas 1, 2 e 4 ao Substitutivo e do PL 4646/2012, apensado. Em 26/11/14.
- PL-3942/2012** JANDIRA FEGHALI - Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação, com emenda. Em 26/11/14.
- PL-5587/2013** CARLOS BEZERRA - Acrescenta § 3º ao art. 81 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", com o objetivo de disciplinar a extensão da falência às sociedades coligadas e controladas pela sociedade falida.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela aprovação, com Substitutivo. Em 26/11/14.
- PL-7681/2010** ARNALDO FARIA DE SÁ - Dispõe sobre o Programa de Estímulo à Produção Nacional destinado ao fortalecimento, desenvolvimento e consolidação da produção de brinquedos em território nacional; altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; do Imposto de Importação - II, do PIS e Cofins, e dá outras providências.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Renato Molling (PP-RS), pela aprovação, com

substitutivo. Em 10/12/14.

- PL-3728/2012** ARIOSTO HOLANDA - Dispõe sobre o apoio tecnológico a micro e pequenas empresas e dá outras providências.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação. Em 10/12/14.
- PL-4586/2012** RICARDO IZAR - Cria o Selo Nacional "Brasil sem Maus-Tratos"
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Laercio Oliveira (SD-SE), pela aprovação deste, das Emendas 2, 4, 5, 6 e 7 da CMADS, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas 1 e 3 da CMADS. Em 10/12/14.
- PL-5367/2013** ANDREIA ZITO - Obriga o fornecedor de produtos a prestar informação ao consumidor sobre o tempo de vida útil de bens de consumo duráveis e dá outras providências.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/12/14.
- PL-7139/2014** MAURO LOPES - Altera o Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que "altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona".
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Zulke (PT-RS), pela aprovação. Em 10/12/14.
- PL-7140/2014** MAURO LOPES - Modifica a metodologia de apuração da base de cálculo da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Zulke (PT-RS), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/12/14.
- PLP-389/2014** SENADO FEDERAL - ALFREDO COTAIT - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para limitar as hipóteses de substituição tributária, tributação concentrada em uma única etapa (monofásica) e sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação, relativas ao ICMS não abrangidas pelo recolhimento único do Simples Nacional e vedar a possibilidade de exigência de obrigações tributárias acessórias adicionais nos casos de operações sujeitas a esses regimes, e dá outras providências.
Aprovado o Parecer.
Parecer do Relator, Dep. Augusto Coutinho (SD-PE), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/12/14.

- PL-7719/2014** RUBENS BUENO - Altera a legislação tributária facultando que as mercadorias vendidas com fim específico de exportação sejam enviadas às empresas exportadoras ou às zonas alfandegárias.
- Aprovado o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Laercio Oliveira (SD-SE), pela aprovação, com substitutivo. Em 10/12/14.
- PL-7736/2014** MENDONÇA FILHO - Altera o § 10. do art. 87 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para estender o benefício do crédito presumido a que se refere a todos os setores econômicos.
- Aprovado o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Antonio Balhmann (PROS-CE), pela aprovação. Em 10/12/14.
- PLP-420/2014** PEDRO EUGÊNIO - Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional.
- Aprovado o Parecer.**
Parecer do Relator, Dep. Laercio Oliveira (SD-SE), pela aprovação. Em 10/12/14.

Projetos Rejeitados (43):

- PL-5484/2013** ELIENE LIMA - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre equipamento obrigatório dos veículos.
- Rejeitada** em 09/04/14.
- PDC-1294/2013** NELSON MARQUEZELLI - Sustenta a Resolução nº 57 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2013, que aplica direito de antidumping provisório, por um prazo de até 6 (seis) meses, às importações brasileiras de objetos de louça para mesa, originárias da República Popular da China.
- Rejeitada** em 09/04/14.
- PL-4911/2009** NELSON BORNIER - Torna obrigatória a postagem com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do vencimento, dos boletos bancários, documentos de cobrança ou similares por parte das empresas dos setores públicos e privados para clientes e dá outras providências.
- Rejeitada** em 23/04/14.
- PL-5130/2013** MARCIO BITTAR - Dispõe sobre a gratuidade de estacionamento em Shopping Centers, Centros Comerciais, supermercados, hipermercados, rodoviárias, aeroportos e hospitais
- Rejeitada** em 23/04/14.
- PL-5282/2013** MARCELO ALMEIDA - Dispõe sobre normas de segurança para ferramentas e produtos abrasivos.
- Rejeitada** em 23/04/14.
- PL-6491/2013** VINICIUS GURGEL - Cria o vale-saúde e dá outras providências.
- Rejeitada** em 23/04/14.
- PL-6825/2013** ANTÔNIO ROBERTO - Proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem.
- Rejeitada** em 30/04/14.

- PL-4707/2012** EDUARDO DA FONTE - Regulamenta o funcionamento das agências classificadoras de risco (Agências de Rating) no Brasil e estabelece a responsabilidade civil e penal pela emissão de classificação de riscos.
- Rejeitada** em 14/05/14.
- PL-6388/2013** SANDRA ROSADO - Dispõe sobre a equalização das taxas de juros cobradas de pequenas e médias empresas.
- Rejeitada** em 14/05/14.
- PL-5687/2009** JOÃO DADO - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), prevendo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou o meio ambiente, e dá outras providências.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-1837/2011** MÁRCIO MACÊDO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de rotulagem adequada dos produtos que contenham ativos da biodiversidade brasileira ou do conhecimento tradicional a ela associado.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-2863/2011** LAURIETE - Acresce parágrafos ao art. 32 da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política de Resíduos Sólidos.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-2876/2011** ROGÉRIO CARVALHO - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências" - Lei das Concessões e Permissões Públicas, para prever a submissão das concessionárias e permissionárias de serviço público da União ao poder de polícia municipal, estadual e distrital.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-3409/2012** JUNJI ABE - Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo.
- Rejeitada** em 21/05/14.

- PL-4233/2012** RUBENS BUENO - Dispõe sobre restrições a exposição à venda, comercialização e entrega ao consumo do álcool etílico hidratado e anidro, e dá outras providências.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-4477/2012** WELLINGTON FAGUNDES - Altera a redação do art. 44 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a finalidade de disciplinar a divulgação de reclamações contra fornecedores em cadastros públicos mantidos pelos órgãos públicos de defesa do consumidor.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-5895/2013** RONALDO NOGUEIRA - Dispõe sobre separação dos serviços de telefonia e de provisão de acesso a infraestrutura de telecomunicações.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-6209/2013** MAJOR FÁBIO - Acrescenta os art. 199-A, 199-B, art. 462-A e Art. 466-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para impor a observância de critérios no uso da política de produtividade.
- Rejeitada** em 21/05/14.
- PL-4337/2012** VALDIR COLATTO - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre o tratamento ou a destinação de resíduos sólidos e a disposição final de rejeitos.
- Rejeitada** em 28/05/14.
- PL-6331/2013** MAJOR FÁBIO - Proíbe que os estabelecimentos prestadores de serviços de acesso à Internet utilizem películas nas suas áreas envidraçadas e outros materiais que impeçam a visibilidade do interior de suas instalações.
- Rejeitada** em 28/05/14.
- PL-7537/2010** CHICO ALENCAR - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada como Estatuto da Cidade, para dispor sobre a sanção à ociosidade de imóveis construídos.
- Rejeitada** em 16/07/14.

- PL-6036/2013** MÁRIO HERINGER - Dispõe sobre a restrição do uso de agentes aromatizantes ou flavorizantes em bebidas alcóolicas e dá outras providências.
- Rejeitada** em 16/07/14.
- PL-1503/2011** STEPAN NERCESSIAN - Altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que "Declara Feriados Nacionais os Dias 1º de Janeiro, 1º de Maio, 7 de Setembro, 15 de Novembro e 25 de Dezembro", para incluir a terça-feira de Carnaval entre os feriados nacionais.
- Rejeitada** em 29/10/14.
- PL-3007/2011** AGUINALDO RIBEIRO - Obriga as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/M.F - à contratação de seguro de vida para seus empregados.
- Rejeitada** em 29/10/14.
- PL-4848/2012** CARLOS BEZERRA - Acrescenta o § 8º ao art. 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para determinar a nulidade de ato que importe na diluição injustificada da participação dos antigos acionistas.
- Rejeitada** em 29/10/14.
- PL-7391/2014** SEVERINO NINHO - Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 5º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, com a finalidade de proteger o consumidor, ao disciplinar a diferença de preços verificados nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais.
- Rejeitada** em 29/10/14.
- PL-7133/2010** EDMILSON VALENTIM - Dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de carregadores de terminais de telefonia celular com interfaces e propriedades elétricas padronizadas.
- Rejeitada** em 05/11/14.
- PL-2691/2011** RICARDO IZAR - Altera o parágrafo único do art. 32 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a oferta de componentes e peças de reposição por parte dos fabricantes e importadores.
- Rejeitada** em 12/11/14.

- PL-3185/2012** SALVADOR ZIMBALDI - Proibição em todo Território Nacional de caixas de papelão, para embalar compras de supermercados, mercearias, açougues, bares, restaurantes, padarias ou qualquer estabelecimento comercial.
- Rejeitada** em 12/11/14.
- PL-4394/2012** MANATO - Dispõe sobre instalação de aparelhos que impedem a partida do motor de caminhões, ônibus, vans, transporte escolar, táxis e outros assemelhados, quando o limite de álcool no hálito do motorista estiver acima do permitido por lei.
- Rejeitada** em 12/11/14.
- PL-4422/2012** JOÃO CALDAS - Institui o Fundo Garantidor das operações de empresas prestadoras de serviços de alimentação coletiva e similares, e dá outras providências.
- Rejeitada** em 12/11/14.
- PL-6049/2013** DR. JORGE SILVA - Dispõe sobre o atendimento ao público pelas empresas.
- Rejeitada** em 12/11/14.
- PL-6508/2013** DIMAS FABIANO - Que dispõe sobre a gratuidade de estacionamentos em clínicas, hospitais e centros de saúde públicos e privados em todo território nacional, por 120 minutos para embarque, desembarque, visitaçao de pacientes, acompanhantes e demais.
- Rejeitada** em 12/11/14.
- PL-7457/2014** NEWTON LIMA - Altera o art 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que dispõe, entre outros assuntos, sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas
- Rejeitada** em 12/11/14.
- PL-2513/2011** RONALDO NOGUEIRA - Dispõe sobre o Programa Nacional de Renovação da Frota de Veículos Automotores.
- Rejeitada** em 26/11/14.

- PL-4300/2012** ASSIS MELO - Dispõe sobre a atuação de nutricionista nos estabelecimentos que forneçam alimentação pronta para consumo humano e dá outras providências.
- Rejeitada** em 26/11/14.
- PL-4673/2012** ELIENE LIMA - Dispõe sobre a previsão para que os produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação sejam tributados progressivamente.
- Rejeitada** em 26/11/14.
- PL-6649/2013** LEONARDO GADELHA - Determina que todos os estabelecimentos para prática de exercícios físicos possuam posto médico com materiais e profissionais habilitados para procedimentos de Ressuscitação Cardio Pulmonar e intervenções de urgências.
- Rejeitada** em 26/11/14.
- PL-2336/2011** RAUL LIMA - Acrescenta o § 6º no art. 2º na Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004, com a finalidade de se estender a redução a 0 (zero) às alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização nas Áreas de Livre Comércio de que tratam as Leis nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, 8.210, de 19 de julho de 1991, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, por pessoa jurídica estabelecida nas áreas.
- Rejeitada** em 10/12/14.
- PLP-103/2011** JOÃO RODRIGUES - Institui o Estatuto da Microempresa Rural e da Empresa Rural de Pequeno Porte.
- Rejeitada** em 10/12/14.
- PL-3847/2012** WILSON FILHO - Institui a obrigatoriedade de as montadoras de veículos, por intermédio dos suas concessionárias ou importadoras, fornecerem carro reserva similar ao do cliente, no caso do automóvel ficar parado por mais de 48 horas por falta de peças originais ou impossibilidade de realização do serviço durante o prazo de garantia contratado.
- Rejeitada** em 10/12/14.

PL-7020/2013 CHICO DAS VERDURAS - Altera a Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 - Lei do Sacoleiro, para incluir o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação de mercadorias procedentes da República Bolivariana da Venezuela.

Rejeitada em 10/12/14.

PL-7289/2014 LELO COIMBRA - Dispõe sobre a afixação de cartazes, com informações acerca de frutas e hortaliças, nos supermercados e demais estabelecimentos varejistas que comercializam esses produtos.

Rejeitada em 10/12/14.

EMENDAS DA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2015

1 – EMENDA DA COMISSÃO Nº 1 AO PL 3/2014 - CN - LDO 2015, ORIGINADA DA SUGESTÃO DE EMENDA Nº 1: do Sr. Renato Molling - Ementa: Apoio à Geração de Produtos, Serviços e Processos. Programa: 2055 - Desenvolvimento Produtivo. Ação: 210 D Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras. Produto (Unidade de Medida): Iniciativa Implementada (unidade). Acréscimo de Meta: 3.000.

2 – EMENDA DA COMISSÃO Nº 2 AO PL 3/2014 CN – LDO 2015, ORIGINADA DA SUGESTÃO DE EMENDA Nº 2: do Sr. Renato Molling - Ementa: Barracão Industrial. Programa: 2055 - Desenvolvimento Produtivo. Ação: 210 E Promoção do Desenvolvimento Industrial. Produto (Unidade de Medida): Iniciativa Implementada (unidade). Acréscimo de Meta: 350.000.

3 – EMENDA DA COMISSÃO Nº 3 AO PL 3/2014 CN – LDO 2015, ORIGINADA DA SUGESTÃO DE EMENDA Nº 4: do Sr. Renato Molling - Ementa: Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas. Programa: 2047 - Micro e Pequenas Empresas. Ação: 210 C Promoção do Desenvolvimento de micro e Pequenas Empresas. Produto (Unidade de Medida): Empresa apoiada (unidade). Acréscimo de Meta: 50.000.

EMENDAS DA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2015

1 – EMENDA DA COMISSÃO Nº 1 AO PL 13/2014 - CN - LOA 2015, ORIGINADA DA SUGESTÃO DE EMENDA Nº 1, do Deputado Augusto Coutinho. Ementa: 1 - Emenda do MDIC-CDEIC. Modalidade da Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Apropriação-Acréscimo. Localidade Beneficiada: 9000000-Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal. Unidade Orçamentária Pretendida: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Funcional/Ação/Subtítulo: 22.661.2055.210E.0001. Promoção do Desenvolvimento Industrial. Nacional. Especificação da meta: Iniciativa implementada (unidade). Quantidade: 15. Acréscimos à programação (Em R\$1,00). GND: 3: Outras Despesas Correntes. Modalidade de Aplicação: 90- Aplicações Diretas. RP: 2. Valor Acrescido: 30.000.000. GND 4: Investimentos. Modalidade de Aplicação: 90- Aplicações Diretas. RP 2. Valor Acrescido: 30.000.000. Total: 60.000.000. Cancelamentos Compensatórios: Sequencial: 020000. Fonte: 100. GND:9 Reserva de Contingência. Modalidade de Aplicação: 99 – A definir. ID: 0. RP: 2. Valor Deduzido 60.000.000. Total 60.000.000.

2 – EMENDA DA COMISSÃO Nº 2 AO PL 13/2014 - CN - LOA 2015, ORIGINADA DA SUGESTÃO DE EMENDA Nº 2, do Deputado Augusto Coutinho. Ementa: 2 - Marinha- CDEIC Tecnologia Nuclear da Marinha. Modalidade de Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Apropriação-Acréscimo. Localidade Beneficiada: 9000000 - Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal. Unidade Orçamentária Pretendida: Comando da Marinha. Funcional/ Ação/ Subtítulo: 05.572.2058.14T7.0001. Tecnologia Nuclear da Marinha. Nacional. Especificação da Meta: Sistema construído (%de execução). Quantidade: 6. Acréscimos à Programação (Em R\$1,00). GND: 4: Investimentos. Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas. RP: 2. Valor Acrescido: 302.000.000. Total: 302.000.000. Cancelamentos Compensatórios: Sequencial: 020000. Fonte: 100. GND: 9 – Reserva de contingência. Modalidade de aplicação: 99 – A definir. ID: 0. RP: 2.. Valor deduzido: 302.000.000. Total: 302.000.000.

3 – EMENDA DA COMISSÃO Nº 3 AO PL 13/2014 - CN - LOA 2015. ORIGINADA DA SUGESTÃO DE EMENDA Nº 4, do Deputado Renato Molling. Ementa: 4 - Apoio a Pequenas e Micro e Pequenas Empresas. Modalidade de Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Apropriação-Acréscimo. Localidade Beneficiada: 9000000 - Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal. Unidade Orçamentária Pretendida: Secretaria da Micro e Pequenas Empresas. Funcional/ Ação/ Subtítulo: 23.691.2047.210C.0001. Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas. Nacional. Especificação da Meta: Empresa apoiada (unidade). Quantidade :150. Acréscimos à Programação (Em R\$1,00). GND: 4: Investimentos. Modalidade de Aplicação: 40 - Transferências a Municípios. RP: 2. Valor Acrescido: 1.500.000.000. Total: 1.500.000.000. Cancelamentos Compensatórios: Sequencial: 020000. Fonte: 100.

GND: 9- Reserva de Contingência. Modalidade de Aplicação: 99 – A definir. ID:0. RP: 2. Valor deduzido: 1.500.000.000. Total: 1.500.000.000.

4 – EMENDA DA COMISSÃO Nº 4 AO PL 13/2014 - CN - LOA 2015, ORIGINADA DA SUGESTÃO DE EMENDA Nº 7, do Deputado Mandetta. Ementa: 7 - Trecho Ferroviário. Modalidade de Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Apropriação-Inclusão. Área do Governo: Transportes – Ferrovias/Hidroviás/ Portos Fluviais. Modalidade de Intervenção: 264 – Construção de/da/do. Tipo de realização pretendida: 542 – Ferrovias/Pátios/Terminais. Localidade Beneficiada: 9000000 – Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal. Unidade Orçamentária Pretendida: VALEC. Funcional/ Ação/ Subtítulo: 26.783.2072.9999. Construção de trecho ferroviário – Trecho Panorama (SP) – Brasilândia (MS) - Nova Andradina (MS) - Dourados (MS) - Maracaju (MS) - Porto Murtinho (MS). Na EF – 267. Construção da ferrovia – Nacional. Especificação da meta: Trecho construído (km). Quantidade: 734. Ação Atípica. Objetivo: Construção de trecho ferroviário – Trecho Panorama (SP) – Brasilândia (MS) - Nova Andradina (MS) - Dourados (MS) - Maracaju (MS) - Porto Murtinho (MS). Na EF – 267. Finalidade: 00BZ- Construção de Ferrovia. Especificação da meta: Trecho construído (KM). Tipo de ação: Projeto. Início da ação: 01/2015. Término da ação: 12/2017. Custo Total (R\$): 2.000.000.000. Meta total: 1.000. Acréscimos à programação (Em R\$1.00). GND: 4 – Investimentos. Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas. RP 2. Valor Acrescido: 500.000.000. Total: 500.000.000. Cancelamentos compensatórios. Sequencial: 020000. Fonte: 100. GND: 9 - Reserva de Contingência. Modalidade de Aplicação: 99 – A definir. ID: 0. RP: 2. Valor Deduzido: 500.000.000. Total: 500.000.000.

PUBLICAÇÕES E IMPRENSA

Anais do Seminário Panorama da Economia Brasileira



O Seminário Panorama da Economia Brasileira, realizado no dia 26 de março de 2014, marcou o início da gestão do Presidente Augusto Coutinho à frente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Em parceria com o ex-presidente da Comissão, Deputado Angelo Agnolin – gestão 2013 – e com o apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC), foi realizado um seminário marcado pela apresentação de diferentes posições em relação à economia brasileira.

No seminário, estiveram presentes o ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, além de grandes nomes relacionados ao panorama econômico nacional, como o comentarista Carlos Alberto Sardenberg e economistas formuladores da política econômica de três grupos políticos em disputa nas eleições presidenciais de 2014.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio cumpriu seu papel de acompanhar as políticas e ações governamentais de forma propositiva, debatendo os problemas e apontando possíveis soluções para as deficiências do modelo econômico vigente.

Nesta publicação, o público interessado encontrará avaliações dos problemas conjunturais da economia e possíveis soluções, com ênfase na burocracia, nos entraves ao empreendedorismo e no custo da produção no País.

A divulgação de tão profícuo debate servirá, também, ao propósito de expor as ideias dos membros da CDEIC, bem como consolidar a postura da Comissão em relação à defesa da atividade produtiva no Brasil.

Portal Institucional da Comissão (www.camara.leg.br/cdeic)

Na página da Comissão, foram publicadas 58 matérias ao longo do ano, com o intuito conferir maior publicidade e transparência aos trabalhos do Colegiado. Além disso, foram disponibilizados no portal da Comissão áudio, vídeo e materiais dos expositores referentes a 19 audiências públicas, 2 seminários e uma Mesa Redonda.

***Fanpage* da Comissão no Facebook (www.facebook.com/cdeiccamara)**

Com o intuito de promover a participação popular e o debate no âmbito dos assuntos e proposições de competência da CDEIC, além de conferir maior divulgação e transparência aos trabalhos do colegiado, foi criada a *fanpage* da Comissão, em maio de 2013. Desde então, foram 140 publicações, entre fotos, matérias e links referentes às atividades da Comissão. A página conta hoje com 273 seguidores e algumas de suas publicações atingiram mais de 2.300 usuários da rede social.

Separata – Seminário: Brasil Novo



Os desafios a serem enfrentados pelo Brasil para avançar cada vez mais no seu desenvolvimento demandam um trabalho em sintonia entre o setor público e o setor privado.

A Câmara dos Deputados, como representante das demandas do povo brasileiro, tem papel fundamental no desenrolar desse movimento, na medida em que mantém diálogo

com os mais diversos setores produtivos, entidades de classe, agências governamentais e demais Poderes de Estado. Ao ouvir e debater com diversos públicos, os parlamentares têm posição privilegiada no que diz respeito a uma visão ampla e imparcial dos pontos mais cruciais que emperram nosso desenvolvimento.

O seminário “Brasil Novo” foi fruto desta preocupação em harmonizar as demandas dos setores produtivos do país com as ações governamentais, abrindo discussão para que ambas as partes afinem suas ações no intuito de alcançar resultados mais eficientes.

O evento propiciou um dia inteiro de discussões com a participação das Confederações Setoriais (Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional de Agricultura – CNA, Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF, Confederação Nacional dos Transportes e Confederação Nacional do Comércio – CNC), de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com representantes dos Ministérios da Fazenda; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Micro e Pequena Empresa; Trabalho e Emprego; Saúde; Relações Institucionais; e Justiça.

Durante o Seminário, foram discutidos a criação de condições favoráveis ao investimento econômico e o apoio para expansão da política industrial nacional. O Governo Federal, por meio de seus Ministérios, apresentou iniciativas prioritárias para o desenvolvimento econômico e a geração de emprego. Já a OAB contribuiu com uma Agenda Legislativa da Advocacia, com projetos que podem ser pautados para a segurança jurídica nacional.

O encontro ressaltou o equilíbrio democrático das instituições de nossa República e, seguramente, contribuirá com ações concretas para crescimento e desenvolvimento do nosso país.

Jornal “CDEIC em destaque”

CDEIC
EM DESTAQUE

Impresso Especial
CÂMARA DOS DEPUTADOS
CORREIOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - Ano 2014

Deputado Augusto Coutinho preside a CDEIC em 2014



da Câmara dos Deputados pelo Solidariedade, partido aprovado pelo TSE em setembro de 2013. Na Câmara, participou das comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), de Defesa do Consumidor (CDC) e Comissão Mista de Planos, Organismos Públicos e Fiscalização (CMPF). O deputado pernambucano foi membro ainda de comissão especial que discutiu a reforma política, na qual apresentou projeto de unificação do calendário eleitoral e o fim do atual formato do horário eleitoral gratuito. Faz parte também da comissão que discute o novo código civil e preside a Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia, Agronomia e Arquitetura.

Exerceu três mandatos como deputado estadual na Assembleia Legislativa de Pernambuco, onde comandou a Comissão de Desenvolvimento Econômico. Em Pernambuco, articulou frente parlamentar em defesa dos comerciantes. No início de sua trajetória política, ainda vereador pelo Partido da Frente Liberal (atual Democratas), atuou na Câmara local para assumir Secretaria de Governo na gestão do então prefeito Jarbas Vasconcelos.

O deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE) foi eleito presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio no pleito realizado no dia 26 de fevereiro. Foram eleitos também para compor a Mesa Diretora da CDEIC, em 2014, os deputados Auro de Solimões (Solidariedade-RI) e Sebastião Sala Rocha (Solidariedade - AP) como primeiro e segundo vice-presidentes. Em seu primeiro discurso como presidente da CDEIC, o deputado Augusto Coutinho destacou

estar aberto a sugestões, possuiu a intenção de trazer debates para a Casa, independente de coloração partidária, em um compromisso com o Brasil, com a geração de empregos e com o crescimento da indústria e do comércio brasileiros. Afirmou que irá cuidar, em seu papel de legislador, dos interesses do país. Augusto Rodrigues Coutinho de Melo, engenheiro civil, exerce o primeiro mandato como deputado federal. O parlamentar tornou-se também o primeiro presidente de uma comissão

CDEIC acerta agenda conjunta com ministro



3

Restrição à propaganda infantil na TV em pauta



5

Seminários debatem economia do Brasil



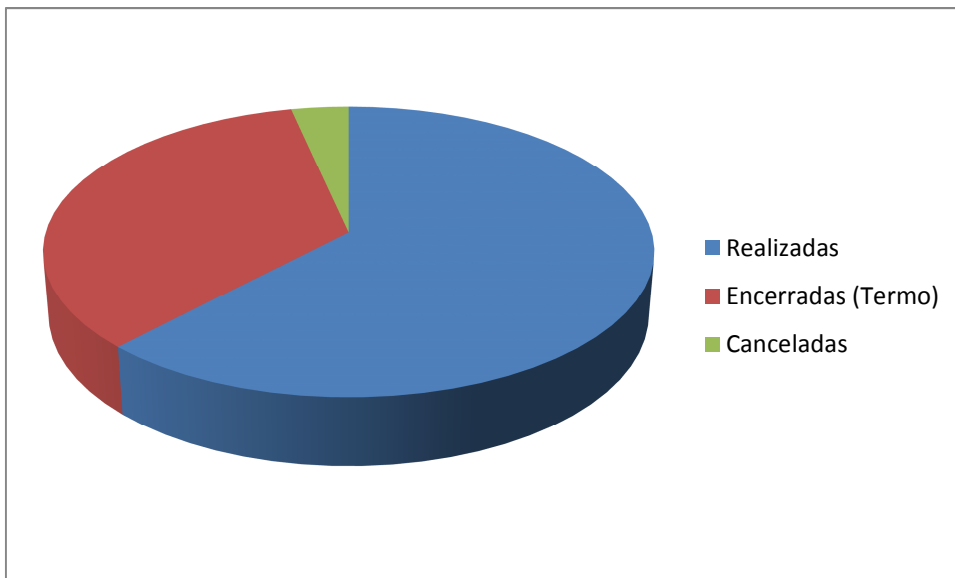
6

Periódico anual da Comissão, o jornal “CDEIC em destaque” trouxe em 2014 um resumo dos principais eventos promovidos pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados no ano. A publicação, em seis páginas, apresenta Projetos de Lei e audiências públicas, vistos pelos parlamentares como de maior importância dentro dos trabalhos da Comissão neste ano.

CDEIC EM NÚMEROS

Reuniões Deliberativas

- Convocadas: 29
- Canceladas: 1
- Encerradas com termo: 10
- Realizadas: 18



Eventos

- Audiências Públicas: 20
- Seminários: 3
- Mesas Redondas: 2
- Outros Eventos 1
- Total: 26

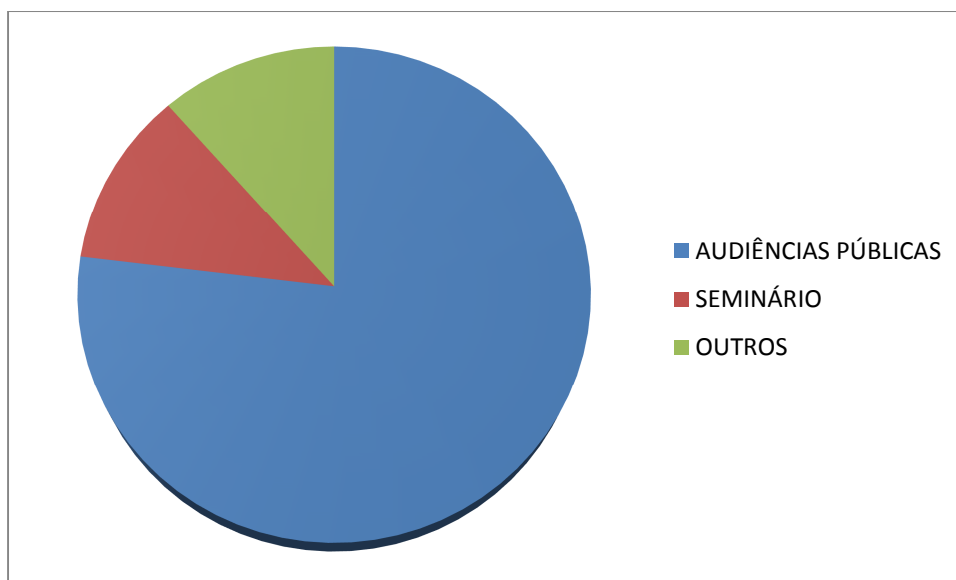


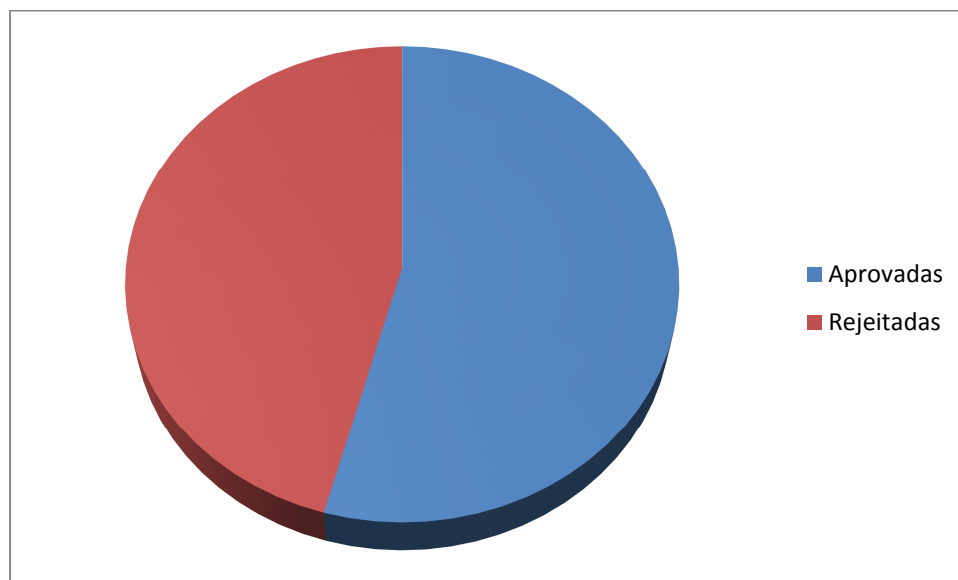
TABELA DE EVENTOS REALIZADOS PELA CDEIC EM 2014	REALIZADOS	SOLICITADOS	EFETIVIDADE (%)
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	20	30	67
SEMINÁRIOS	3	3	100
OUTRO EVENTO	1	1	100
MESA REDONDA	2	2	100
TOTAL DE EVENTOS REALIZADOS EM 2014	26	36	72

Projetos

- Aprovados: 51

- Rejeitados: 43

- Total apreciados: 94



**QUADRO TÉCNICO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Secretária-Executiva: Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli

Andressa Paranhos Guimarães
Carlos Filipe Ramalho Gomes
Cecília Maria Luli
Eliseu Malaquias de Sousa Filho
Fabíola Maria De Lima E Silva
Flávio Silva Macedo
Helio Antonio N. de Queiróz
Jorge José Alves
Marcio Umbelino Mereb
Maria de Fátima Oliveira da Silva
Míriam Aparecida Gomes
Sara Teixeira Santos

PROGRAMA PRÓ-ADOLESCENTE

Hellen Cristina de Franca Lima
Pablo Vinicius Pereira Lisboa

CONTATOS

Câmara dos Deputados,
Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Praça dos Três Poderes – CEP 70160-900
Brasília – DF

Fones: (61) 3216-6601 e 3216-6609 Fax: (61) 3216-6610
E-mail: cdeic@camara.leg.br Site: www.camara.leg.br/cdeic
Facebook: www.facebook.com/cdeiccamara